



REPÚBLICA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XXIII — N.º 3

CAPITAL FEDERAL

SÁBADO, 20 DE JANEIRO DE 1968

ATA DA 3ª SESSÃO, EM 19
DE JANEIRO DE 1968

1ª Sessão Legislativa Extraor-
dinária, da 6ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. NOGUEIRA
DA GAMA

As 14 horas e 30 minutos
acham-se presentes os Senhores
Senadores:

Adalberto Senna
Oscar Passos
Damião Levi
Cattete Pinheiro
Sigfried Pacheco
Menezes Figueira
Wilson Gonçalves
Duarte Filho
Dinarte Maria
Manoel Vilhena
Ruy Carneiro
Argemiro de Figueiredo
Leandro Maciel
Aloysio de Carvalho
Eurico Rezende
Paulo Torres
Arião Steinbruch
Mario Martins
Aurélio Viana
Nogueira da Gama
José Feliciano
Pedro Ludovico
Fernando Corrêa
Bezerra Neto
Guido Monard

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — A lista de
presença acusa o comparecimento de
26 Senhores Senadores. Havendo nú-
mero regimental declarado aberta a ses-
são. Vai ser lida ata.

O Sr. 2º Secretário procede a
leitura da ata da sessão anterior,
que é sem debates aprovada.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte:

EXPEDIENTE
OFÍCIO DO MINISTRO
DA FAZENDA

Nº 409.664-67-SGMF-GB-11, de 11
do corrente, manifestando-se favora-
velmente à solicitação da Prefeitura
Municipal de Camaquã, Estado do Rio
Grande do Sul, relativa à concessão
de autorização para adquirir da CMF
Mueller GmbH, de Hamburgo, Ale-
manha Ocidental, equipamentos hos-
pitalares no montante de DM 115.541,
aos juros de 6% ao ano, com um an-
de carência e cinco anos para o re-
gate.

AVISO DO MINISTÉRIO
DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Nº 2.335, de 29 de dezembro de 1967,
— enviando à Comissão de Educa-
ção e Cultura desta Casa, os escarcen-
tos sobre a matéria do Projeto de

SENADO FEDERAL

PARECER Nº 2, DE 1958

Da Comissão de Finanças, sobre o
Projeto de Lei da Câmara número
137, de 1967 (número 707-B-67, na
Casa de origem), que altera o ar-
tigo 1º da Lei número 3.378, de 2
de abril de 1958, que eleva para
Cr\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco
milhões de cruzeiros) a ajuda fi-
nanceira concedida às Missões Sa-
lesianas do Amazonas — Prelazia
do Rio Negro e dá outras providen-
cias.

Relator: Senador Oscar Passos.

O Presente projeto, encaminhado
com a Mensagem número 703, de 1967
do Senhor Presidente da República,
altera o artigo 1º da Lei número
3.378, de 2 de abril de 1958, com o
objetivo de elevar, de Cr\$ 35.000,00
(trinta e cinco mil cruzeiros novos),
para Cr\$ 700.000,00 (setecentos mil
cruzeiros novos), a ajuda financeira
concedida à Prelazia do Rio Negro,
nos termos da Lei número 2.515 de
1º de julho de 1955.

Na Exposição de Motivos, anexa
ao projeto, o Senhor Ministro do Pla-
nejamento e Coordenação Geral es-
clarece o seguinte:

“3. Em decorrência desses fa-
tos e por força das Leis números
2.515, de 1º de julho de 1955 e
número 3.378, de 2 de abril de
1958, foi concedida à Prelazia,
anualmente, uma subvenção da
ordem de Cr\$ 35.000,00 (trinta
e cinco mil cruzeiros novos) at-
raves da Lei de Meios Importância
que se tornou insignificante, dado
o vulto das realizações da Prela-
zia do Rio Negro, anteriormente
mencionadas.

4. Para a manutenção das ati-
vidades básicas e essenciais da
Prelazia do Rio Negro, torna-se
indispensável, portanto, que se
altere a legislação acima citada
no sentido de reajustar a subven-
ção anual de acordo com os ín-
dices econômicos da Fundação
Getúlio Vargas, que desde aquela
data, acusam um crescimento de
20 (vinte) por cento superior ao va-
lor atualizado da importância at-
agora concedida.

A atualização da ajuda financeira
da União permitirá que a entidade
possa, sem solução de continuidade,
com o seu vasto programa de assis-
tência social e de integração cultural
da região onde atua, através de 31
institutos assistenciais, culturais e
educacionais, além de 50 escolas ir-
regulares.

Assim, somos pela aprovação do
presente projeto.

Sala das Comissões, em 18 de ja-
neiro de 1968. — Argemiro de Figuei-
redo, Presidente. — Oscar Passos,
Relator. — Leandro Maciel. — Teo-
tônio Vilela. — José Guimard. —
Fernando Corrêa. — Carvalho Pinto.
— Clodomir Millet. — Manoel Vilhena.
— Nello Braga.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — O expedi-
ente lido, vai à publicação.

A Presidência recebeu dois Avisos
do Senhor Ministro da Fazenda, nú-
meros 15, de 1967 e 16, de 1967, de 17
de janeiro de 1968, comunicando a
autorização ao Banco do Brasil S.A.
para colocar à disposição desta Casa,
contas de despesa, na conta “Depósitos
de Poderes Públicos à Vista — Go-
verno Federal, as importâncias de
Cr\$ 700.000,00 e Cr\$ 10.548.750,00,
respectivamente, por conta de dota-
ções orçamentárias de vigência exer-
cício. (Pausa)

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — A Presi-
dência deferiu hoje, os requerimentos
de informações encaminhados à Mes-
sa na sessão de ontem, pelos Senho-
res Senadores: João Cleofas, Lino de
Mattos e Vanconcelos Torres.

São os seguintes os requeri-
mentos deferidos:

REQUERIMENTO
Nº 9, DE 1968

Senhor Presidente

De acordo com o Regimento Inter-
no, requiero a Vossa Excelência pro-
vidências no sentido de ser en-
viado ao Poder Executivo, através do
Ministério da Agricultura, o seguinte
pedido de informações:

1) Qual a quantidade de feijão que
foi importado pela SUNAB, COBAL,
ou qualquer outra entidade governa-
mental, nos anos de 1965 — 1966 e
início de 1967;

2) Qual o custo total da importa-
ção, inclusive transporte marítimo,
desembarque e armazenagem;

3) Qual o total entregue ou vendi-
do para consumo ao povo especifi-
cando-se as respectivas quantidades
por Estado;

4) Qual a quantidade proveniente
ainda existente no País e locais em
que estão depositados;

5) Pretende o Governo exportar o
excedente ou o contrário. Qual
providência para a sua distribuição e ven-
da para consumo no País;

6) Em caso de já ter sido feita al-
guma exportação do referido feijão
importado especificar os respectivos

Lei número 53, de 1967, de autoria
do Senhor Senador Adalberto Senna
fornecidas pela Coordenação Nacional
de Bolsas de Estudo — CONABE.

OFÍCIO DO PRIMEIRO SECRE-
TÁRIO DA CÂMARA DOS DEPU-
TADOS.

1 — Comunicação do pronuncia-
mento da Câmara sobre emendas
do Senado e remessa de proposi-
ção à sanção: (de 18 de janeiro
de 1968)

Nº 00438, de 1968 — com referência
à rejeição das emendas do Senado ao
Projeto de Lei da Câmara número
202-E-67 e número 107-67, no Senado,
que dispõe sobre a inscrição, como
Solicitador Acadêmico, na Ordem dos
Advogados do Brasil e dispensa de
estágio profissional e Exame da Or-
dem, Projeto enviado à sanção em 18
de janeiro de 1968.

PARECERES

PARECER Nº 1, DE 1968

Da Comissão de Finanças sobre o
Projeto de Resolução número 2, de
1968, que reajusta os níveis retri-
buitivos do pessoal dos Quadros da
Escritaria do Senado Federal.

Relator: Senador Clodomir Millet

O presente Projeto de Resolução, da
Comissão Diretora, revisa, em 20%,
os valores das classes retributivos do
pessoal dos Quadros da Secretaria do
Senado Federal.

Identifica majoração e concedida aos
inativos anteriormente de pré-
via aposentadoria respectivos títulos.

O mesmo fato é fixado em
Cr\$ 124,00 (doze e quatrocentos novos)
mensais, por dependente, e as vanta-
gens financeiras dependentes do, re-
ajustamento são garantidas a partir
de 1 de janeiro de 1968.

A Comissão Diretora justifica a me-
dida informando que se trata de re-
ajustamento de valor igual ao neces-
sário ao pessoal civil e militar do Po-
der Executivo, pela Lei número 5.338,
de 1 de dezembro de 1967.

De fato, o citado diploma legal as-
segurou aumento retributivo no texto
de 20% sobre os vencimentos do pes-
soal da União, a partir de 1 de ja-
neiro de 1968.

Assim, do ponto de vista dado a
esta Comissão examinar, nada na que
contra indique o acolhimento do pro-
jeto.

Sala das Comissões em 18 de ja-
neiro de 1968. — Argemiro de Figuei-
redo, Presidente. — Clodomir Millet,
Relator. — Manoel Vilhena. — José
Guimard. — Teotônio Vilela. — Le-
andro Maciel. — Carvalho Pinto. —
Oscar Passos. — Fernando Corrêa. —
Nello Braga.

destinos, quantidades e preços de venda.

Sala das Sessões, em 19 janeiro de 1968. — Senador João Cleofas.

REQUERIMENTO Nº 10, DE 1968

Senhor Presidente:

Requeiro, na forma Regimental, seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro do Trabalho e Previdência Social, o seguinte pedido de informações:

1º) Conhece o Ministério do Trabalho e Previdência Social o movimento existente em São Paulo, visando permitir que o segurado do INPS escolha o médico ou o hospital de sua preferência, mediante o pagamento da diferença existente entre a tabela previdenciária e os honorários cobrados pela profissional ou pelo Hospital?

2) No caso positivo, quais as providências que poderão ser tomadas para evitar que este fato se concretize e se amplie, com graves prejuízos para o previdenciário, anulando praticamente todo o esforço já realizado no sentido de que a Previdência Social se transforme em realidade no País.

Sala das Sessões, 17 de janeiro de 1968. — Senador Lino de Mattos.

REQUERIMENTO Nº 11, DE 1968

Senhor Presidente:

Requeiro, na forma Regimental, seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Indústria e Comércio, o seguinte pedido de informações:

1º) Conhece o Ministério da Indústria e Comércio a grave crise que afeta o setor da Construção Civil provocada pela escassez de cimento em todo o País e, particularmente, no Estado de São Paulo?

2) Quais as providências planejadas no âmbito desse Ministério para a solução do importante problema que amplie o desemprego e acarrete graves consequências sociais?

3) Não estaria no âmbito governamental, através de financiamento e incentivos as atuais fábricas nacionais de cimento, a solução a ser seguida no sentido de debelar a crise?

Sala das Sessões, 17 de janeiro de 1968. — Senador Lino de Mattos.

REQUERIMENTO Nº 12, DE 1968

Senhor Presidente:

Na forma da preceituação regimental vigente, requeiro informe o Poder Executivo através do Ministério da Educação e Cultura por que motivos a Granja de Produção do IBRA localizada no KM-47 da estrada Rio-São Paulo município de Itaguai Estado do Rio de Janeiro, não está subordinada à Universidade Rural do Brasil, de quem eram as terras ali beneficiadas?

Sala das Sessões, em 19 de janeiro de 1968. — Senador Vasconcelos Torres.

REQUERIMENTO Nº 13, DE 1968

Senhor Presidente:

Na forma da preceituação regimental vigente, requeiro informe o Poder Executivo, através do Ministério dos Transportes — DNER — quais as providências tomadas visando a construção de uma estrada de acesso à BR-2, pela rua Mariano Lima à Praça Rufino Gonçalves, em Coelho da Ro-

EXPEDIENTE DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITTO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
J. B. DE ALMEIDA CARNEIRO

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SEÇÃO II

Trabalho nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional — BRASÍLIA

cha, São João do Meriti, Estado do Rio de Janeiro?

Sala das Sessões, em 19 de janeiro de 1968. — Senador Vasconcelos Torres.

REQUERIMENTO Nº 14, DE 1968

Senhor Presidente:

Na forma da preceituação regimental vigente, requeiro informe o Poder Executivo, através do Ministério dos Transportes — Comissão de Marinha Mercante — STBG — qual a autoridade de determinou fossem lanchas varridas, em plena viagem, causando mal estar aos usuários e ferindo regras cosmesinas de higiene?

Sala das Sessões, em 19 de janeiro de 1968. — Senador Vasconcelos Torres.

REQUERIMENTO Nº 15, DE 1968

Senhor Presidente:

Na forma da preceituação regimental vigente, requeiro informe o Poder Executivo, através da Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro, quais as providências tomadas visando a suspensão da circular que cancela pedidos de empréstimos a funcionários, principalmente aqueles que já se encontram de posse das respectivas propostas?

Sala das Sessões, em 19 de janeiro de 1968. — Senador Vasconcelos Torres.

REQUERIMENTO Nº 16, DE 1968

Senhor Presidente:

Na forma da preceituação regimental vigente, requeiro informe o Poder Executivo, através do Ministério do Interior — DNOS — quando será construído um dique ligando Tocos a Canal das Flechas, em Goiabal, município de Campos, Estado do Rio de Janeiro?

Sala das Sessões, em 19 de janeiro de 1968. — Senador Vasconcelos Torres.

REQUERIMENTO Nº 17, DE 1968

Senhor Presidente:

Na forma da preceituação regimental vigente, requeiro informe o Poder Executivo, através do Ministério da Justiça, quando será feito o enquadramento definitivo do pessoal da Polícia do Distrito Federal e da Polícia Federal, de que tratam os Decretos 57.351, de 6 de novembro de 1965, e 58.196, de 15-4-66?

Sala das Sessões em 19 de janeiro de 1968. — Senador Vasconcelos Torres.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Há oradores inscritos. Tem a palavra o nobre Senador Pedro Ludovico.

O SR. PEDRO LUDOVICO:

Senhor Presidente, Senhores Senadores, esta minha modesta e desprezível oração se dirige mais à mocidade brasileira.

(Lê o seguinte discurso)

De vez em quando somos forçados a ocupar a tribuna do Senado para expor o nosso pensamento. Principalmente quando sentimos que o nosso país sofre mais um colapso na sua vida administrativa e política.

Verdade é que ele vem se desmoronando há muito tempo e de há muito vimos combatendo os erros de todos os governos que têm sido responsáveis por esses fatos. Censuramos mesmo os governos de quem éramos amigos e elogiamos os acertos dos que, éramos adversários.

Presentemente, porém, somos forçados a criticar mais uma vez o atual governo da resolução de 31 de março, que não quer ouvir as censuras e os conselhos dos que falam a verdade, sem paixão, nem ressentimentos, mas apenas com o desejo de ser útil à sua pátria.

Cada vez mais o Marechal Costa e Silva segue a trilha errada mantida pelo Marechal Castello Branco que, se cometeu alguns atos bons, praticou muitas faltas, muitas arbitrariedades, muita desumanidade, muitas injustiças contra pessoas que nenhum crime praticaram, a não ser o de defender idéias amparadas por uma Constituição que estava em vigor antes da Revolução, e que agiam legalmente, logicamente defendendo um governo constitucional cujo maior demérito foi o de ter sido deposto, apesar das tolices contidas.

Não tendo sido uma revolução de princípios, mas feita por um conglomerado de militares e civis, cuja vanguarda se constituiu de uma avalanche de mulheres carregadas de terços e velas, não pôde orientar-se por sentimentos nobres, por idéias renovadoras, estruturais, no sentido de melhorar as condições do Brasil.

Dai o extravio em que se meteu a revolução que, em vez de cuidar de coisas sérias, de trabalho honesto de atividades dignificantes, construtivas, se desviou para uma política baixa, em perseguições mesquinhas, violentas como nunca se verificaram no ambiente brasileiro.

Reformas e demissões de militares das 3 armas se fizeram sem nenhum intuito de moralidade, mas exclusivamente no desejo de afastar elementos que mais tarde poderiam se rebelar contra uma política nefasta, uma administração falha, como as que se presenciaram na hora em que vivemos.

E' por isso que os responsáveis pela Revolução, os seus governantes, provocam a antipatia do povo que, dia a dia, mais se avoluma, mais recrudescer.

A desvalorização irreprimível da nossa moeda, a alta excessiva do custo de vida, como já temos afirmado, serão os generais que destrubarão fatalmente este regime que nos sufoca que nos impede e que nos angustia, pela imprudência, pela falta de

visão, pela cegueira dos dominadores da Revolução inexpressiva de 31 de março.

Sempre a mocidade também toma parte ativa no estudo dos fenômenos de toda espécie que abalam e que afligem todos os povos.

Aliás, pensadores da antiguidade e do mundo moderno previram esses fatos, esses desequilíbrios. Inúmeros filósofos tiveram uma visão nítida do seu acontecimento no futuro. E a profecia está se realizando: estamos em uma das épocas mais difíceis da vida em nações, da vida de uma civilização que atingiu um alto grau sob todos os aspectos da técnica e da ciência.

Malgrado esse estágio formidável de progresso, malgrado esse desenvolvimento tecnológico e científico os homens não se aperfeiçoaram espiritualmente, não se sublimaram para resolver os seus problemas com espírito filantrópico, cristão.

Continuam como em eras remotas, como na pré-história, encaminhando-se para a violência, como único recurso de decidir as suas contendas.

Ninguém duvida que atravessamos o período mais perigoso da história universal.

Os países que se atiram, que se chocam em torno de interesses os mais diversos e, mesmo, de conflitos sem muita significação pode, em qualquer momento fazer explodir a máquina de guerra como jamais existiu em outros tempos. Será uma calamidade tão grande, tão espantosa, que modificará por completo a face da Terra. Deixará sobrarão neuróticos e dementes que irão morrendo lentamente pela irradiação da energia nuclear.

A nossa vida se transformará em deserto, com pessoas ou grupos de pessoas errantes que procuram um abrigo onde a irradiação mortífera não exista, sem encontrá-lo.

Será o apocalipse, o fim de uma faustosa e brilhante civilização que progrediu extraordinariamente em todos os sentidos, mas que não conseguiu encontrar-se a si mesma, sublimando-se em atos de renúncia, de tolerância no intuito de que só o bem predominasse sobre a terra.

Não quero falar-vos somente a respeito dessa possibilidade terrífica que nos ameaça, que é visível, que está iminente sobre as nossas cabeças.

Quero alertar-vos para os fenômenos políticos, sociais e econômicos que se verificam em toda a parte, principalmente na América Latina.

O Sr. José Guimard — Permite V. Exª um aparte?

O SR. PEDRO LUDOVICO — Perfeitamente.

O Sr. José Guimard — Antes de V. Exª entrar no terreno político, queria apenas reportar-me a notícia que talvez lhe tenha passado despercebido, mas que diz respeito ao assunto que V. Exª está versando: a bomba atômica. A Rússia e os Estados Unidos acabam de chegar a uma concordância a respeito da limitação dos armamentos nucleares e estão para firmar um tratado, juntamente com todos os países integrantes da Organização das Nações Unidas, de maneira a proscrever o emprego dessa terrível arma.

O SR. PEDRO LUDOVICO — O aparte de V. Exª é muito oportuno. Hoje li nos jornais notícia sobre esse acordo que está-se fazendo entre a Rússia e os Estados Unidos.

O Sr. Eurico Rezende — Permite V. Exª um aparte?

O SR. PEDRO LUDOVICO — Perfeitamente, com muito gosto.

O Sr. Eurico Rezende — O aparte do eminente Senador José Guimard foi muito oportuno mas V. Exª não entendeu o seu sentido de insinuação. S. Exª se não estou interpretando mal quis dizer o seguinte: se Estados Unidos e Rússia se entendem para uma coexistência pacífica, por que

MDB a Revolução não se concilia aqui no Brasil? Parece que foi esse o sentido da intervenção do nobre Senador pelo jovem Estado do Acre.

O SR. PEDRO LUDOVICO — Admiro a interpretação que V. Ex.^a está dando ao aparte do nobre Senador José Guimarães. A finura do seu espírito, seu hábito da tribuna advocatícia e do Senado fazem com que V. Ex.^a mude o aspecto de uma idéia. O Sr. Eurico Rezende — V. Ex.^a está sendo injusto com o Senador José Guimarães.

O SR. PEDRO LUDOVICO — (Lendo)

Uma onda de prepotência, de desprezo pelas liberdades públicas, se processa nessa região da América.

A democracia tão desejada, tão necessária, tão indispensável para o regozijo de um povo se sente coarçada, espezinhada, conspurcada, vilipendiada por castas militares que, em seu nome, tomaram conta do poder. Mas essa vigilância a que me refiro seria desnecessária, pois a mocidade, mulheres e homens, se compenetraram do dever cívico, patriótico de lutar a favor da recuperação das nossas liberdades políticas. A juventude não se conforma que uma minoria dê ordens a maioria dos brasileiros. Não admite que a custa de violência, de arbitrio se faça o funeral do direito que se conquistou com tanta dificuldade com tanto sofrimento, com tanta intrepidez através dos séculos.

E essa juventude é generosa e sentimental é humana na defesa dos seus ideais.

Ela crê desejar triunfantes dentro dos princípios que a lei lhe oferece.

Pode haver uma minoria mais exaltada, própria da mocidade que se excede no combate de suas idéias.

Isso, porém, é perdóvel porque aqueles jovens só têm a palavra para a sua luta, só dispõem das armas intelectuais para fazer valer os seus pontos de vista.

Não têm fuzis nem metralhadoras na batalha em que se empenham. Querem ver vitoriosas as suas idéias falando ao povo, transmitindo o seu pensamento com a convicção de que estão batalhando por uma causa nobre.

Muito têm conseguido o ardor, o entusiasmo, a coragem dos moços através de perigos até de vida no combate da história, em diversos países.

Ao seu lado, no Brasil, está o clero reivindicando os direitos essenciais para o nosso povo, que, indiscutivelmente, não os goza em franca plenitude, estando em primeiro lugar os da revolução de 31 de março, que são sempre invocados para explicar ou acobertar os excessos por ela praticados.

A Igreja Católica, influenciada pelos Papas João XXIII e Paulo VI, segue atualmente o caminho certo. Torna-se dos erros, ou melhor, do sistema pouco cristão por que se dirigiu, muitos séculos a esta parte. Está agindo de acordo com os ensinamentos, com a doutrina prebendos por Cristo. Está defendendo os princípios, os humanidades todos os que são vítimas dos governos prepotentes e desóticos.

A tirania e o despotismo não sentem apenas nos atos da crueldade de desumanidades, mas no desprezo da pessoa humana, no desprezo das suas emocionativas laiais.

Há muita gente que afirma esta mesma desatenção por parte dos poderes instituídos e do Governo, que não tem em conta as necessidades da vida e dos sentimentos, e não procura a lei nem o esse direito.

Isso não tem nada de novo, é a pressão que se abate sobre nossas instituições e que vêm reatadas a um plano inferior, que são subjugadas aos caprichos, às imposições do governo.

Ademais, ainda se cometem no atual, como aconteceu no governo Castello Branco, atos bárbaros, praticados por oficiais das forças armadas, em quartéis de suas corporações, contra pessoas presas e indolentes.

Não é possível que tais fatos tenham o apoio da maioria dos nossos oficiais que são homens educados, orientados criticamente a fim de que não concordem com tais arbitrariedades.

Infelizmente esses abusos, esses crimes se repetiram em Goiânia, em Brasília há cerca de três meses.

E faço um parêntese para explicar porque digo isso. Há poucos dias recebi carta do Sargento Oswaldo Silva, que foi preso no Rio de Janeiro porque, parece-me estava envolvido no número daqueles indicados para fazer o rapto do Sr. Carlos Lacerda. Preso sete meses no Rio de Janeiro, esse Sargento seguiu para Goiás, porque era casado com moça goiana. Lá chegando, não tendo com que viver, sentou praça na Polícia Militar, mas depois, descobriram que ele era o sargento Oswaldo Silva e então o prenderam, levando-o para o quartel do 10º B. C. Então o espancaram e surraram para que dissesse que Mauro Borges estava envolvido em guerrilhas. Depois foi transferido para Brasília, onde também foi torturado, sendo depois mandado para Juiz de Fora. Lá não sofreu nenhuma violência física, tendo sido mandado ao Rio de Janeiro, onde, também não sofreu violência física. Conseguir fugir e se abrigar na Embaixada do Uruguai, de onde saiu para a Argentina. Mas eu tenho a carta, que infelizmente não está comigo, neste instante, em que ele diz tudo isto — que foi obrigado a fazer aquela declaração, caso contrário ficaria incarcado fisicamente, pois as barbaridades que fizeram contra ele. E ele assinou: pede até desculpas, porque não suportou as dores físicas e teve que assinar uma declaração dizendo que Mauro Borges está envolvido em guerrilhas.

O Sr. Eurico Rezende — Pelas próximas palavras de V. Ex.^a verifica-se que o Governo Federal não teve nenhuma participação nesse episódio, segundo V. Ex.^a de violências e sevícias. Porém V. Ex.^a diz que essa pessoa sofreu constrangimentos físicos aqui mas não sofreu em Juiz de Fora, nem na Guanabara.

O SR. PEDRO LUDOVICO — Sofreu em Brasília e Goiânia.

O Sr. Eurico Rezende — Em Brasília e Goiânia, não sofreu violências, em Juiz de Fora nem na Guanabara. Logo, V. Ex.^a está eximindo o Governo de qualquer responsabilidade.

O SR. PEDRO LUDOVICO — Absolutamente: é o clima da violência que predomina.

O Sr. Eurico Rezende — Absolutamente. Se essa fosse a orientação do Governo, qualquer que fosse o ponto geográfico da presença desta pessoa, haveria o comparecimento da violência.

O SR. PEDRO LUDOVICO — Não quero dizer que o Marechal Costa e Silva tenha mandado praticar violências, como os tolerou o Marechal Castello Branco.

O Sr. Eurico Rezende — Há violência em toda parte, a Polícia mesmo o pratica. Mas não se envolve o Governo nesse tipo de responsabilidade.

O PEDRO LUDOVICO — V. Ex.^a não tem razão. Já disse, várias vezes, que o fato de violência na Delegacia de Polícia, nos nos quadris, os detalhes da revolução de março de 1964 é que não se pode negar.

O Sr. Eurico Rezende — V. Ex.^a sempre quer o melhor.

O SR. PEDRO LUDOVICO — Com muito prazer.

O Sr. Mário Martins — O nobre líder do Governo acaba de proclamar, nesta Casa, a falência da autoridade nacional do Governo Federal. Pelo seu aparte se conclui que o Governo Federal tem autoridade, em

Juiz de Fora, mas não a tem junto as autoridades militares de Brasília nem de Goiás. E apresenta uma tese estultíssima, para defender o Governo, qual seja a de que, tanto o Governo não tem nada com o assunto, que os espancamentos são alienados de acordo com a região. Amanhã, se em outros setores houver espancamentos em dias alternados, então também se virá isentar o Governo, porque, os presos foram espancados, nos cárceres, às segundas, quartas e sextas-feiras, e não o foram às terças, quintas e sábados. Não entendo, o Presidente estava em Palácio, naqueles dias, isto é, terças, quintas e sábados. Logo, os espancamentos não partiram do Governo. O que desejamos do Senador Eurico Rezende, como brasileiros, como admiradores e amigos que confiam no seu patriotismo, é que, ao invés de dar tal aparte, viesse S. Ex.^a como das vezes anteriores e como já fizeram outros líderes, e dissesse: recebo a denúncia de V. Ex.^a irei ao Presidente da República, irei ao Chefe da Casa Militar, irei ao Ministro do Exército. Então, S. Ex.^a seria o intérprete do Senado junto às autoridades federais para levar um protesto, uma denúncia autorizada, que partiu de homem como o Senador Pedro Ludovico. Nós nos reconhecemos, Senador Eurico Rezende, mas não nesse aparte em que apresenta apenas a falência da autoridade do Governo, mostrando que nós caminhamos para uma divisão territorial de autoridade, para uma situação em que os generais regionais, coronéis e capitães possam a ditar a lei no País. Quero, assim, em primeiro lugar, felicitar V. Ex.^a pelo discurso que está fazendo. Vossa Excelência não o faz apenas, em nome de Goiás, mas em nome do País. Ao mesmo tempo, queremos agradecer um apelo ao Líder do Governo no sentido de que readquirir sua posição de autoridade política e civil neste País. Que S. Ex.^a, recolhendo esta denúncia, nos ofereça, como Líder, certeza de que irá encaminhar ao Governo, a fim de nos trazer uma resposta, para que nós sabamos, então, se a autoridade do Governo passa a ser no estilo de um mosaico, isto é, em Juiz de Fora ou em Juiz de Fora, mas em Brasília não, pelos representantes militares.

O Sr. Eurico Rezende — Nobre Senador Pedro Ludovico, V. Ex.^a vai permitir que, por alguns instantes, seu discurso fique desapropriado.

O SR. PEDRO LUDOVICO — Pois não.

O Sr. Eurico Rezende — Contemplando, nas palavras do eminente Senador Mário Martins, uma interpretação e uma lição. Quanto à interpretação, ela foi inteiramente deformada. Em primeira lugar, não estou admitindo que tivesse havido violência. Se admitiria violência, de imediato, se o eminente Senador Pedro Ludovico tivesse assistido ao fato. Não tendo assistido ao fato, o episódio deve ser investigado.

O SR. PEDRO LUDOVICO — Trairei a carta do sargento.

O Sr. Mário Martins — Então, teríamos que viver nos presidios, nas masmorras, para testemunhar tais fatos em vez de estar no Senado...

O Sr. Eurico Rezende — Em segundo lugar, o que eu quis ressaltar, desde logo, é que o Governo, oficialmente, não traçou orientação alguma quanto a esses violências para obter confissões. Quanto à lição do eminente Senador...

O Sr. Mário Martins — Direi apelo...

O Sr. Eurico Rezende — ...dubiedade de certeza e de certeza, quero dizer que não no plano exercido da liderança do Governo. Não há necessidade, portanto, de qualquer retorno. Estou ouvindo o discurso do eminente Senador Pedro Ludovico, com muita atenção e com o costumeiro apreço que S. Ex.^a me merece...

O SR. PEDRO LUDOVICO — Obrigado.

O Sr. Eurico Rezende — ...apresentando o seu desdobramento. Até aqui, o único fato concreto que S. Ex.^a apresentou foi essa alegada sevícia. Isto não quer dizer, por ter eu dito aquilo aparte, que me exonere, não digo do direito, mas do ver de procurar testar a verdade, isto é, verificar os acontecimentos, para verificar se há fundamento de razão numa denúncia não formulada pelo Senador Pedro Ludovico. Se S. Ex.^a tivesse acedido ao fato, eu, de imediato, iria pedir providências. Mas como não o foi por S. Ex.^a, e sim por uma pessoa que não conheço, há necessidade de uma investigação. Desejo dizer, pois, que a hermenêutica do eminente Senador Mário Martins veio não só desnecessária e inoportuna, mas inteiramente deformada, e sim como o resultado de um atropelamento digno de composição da Câmara do Brasil.

O SR. PEDRO LUDOVICO — O Sr. Eurico Rezende me refere a absolventes verdadeiro. Infelizmente, não estou com a carta do sargento em minhas mãos. Mas vou trazê-la para que S. Ex.^a a leia. Além disso, os jornais não colocaram a prisão do sargento e a sua fuga para a Embaixada do Uruguai. Ele sofreu as maiores torturas. E não é de se estranhar, porque muitos outros foram torturados no 10º B. C. de Goiânia. Mais de quinze pessoas foram ali torturadas. O Dr. Simão, filho de polícias, perdeu quatro dentes em conseqüência de uma bofetada na sua boca; foi torturado com choques elétricos, com o choque do telefone; teve sua cabeça enfiada dentro d'água e relata depois para que não morresse sufocado. Houve até simulacro de fuzilamento.

Não se pode, assim, duvidar que tal fato tenha acontecido com o sargento. Qual seria a vantagem de esse argumento me escrever uma mentira? É a absoluta verdade.

Ele se escondia em Goiânia, escondido que é com uma guarda pessoal — eu me dava com ele — pelas confissões e declarações a que foi obrigado pois não podia resistir às torturas a que foi submetido. Assim, assiu tudo que lhe foi apresentado. Tal ocorrência se constituiu assim anátema vergonhosa para o Brasil: é um absurdo e justamente por isso sou visceralmente contrário à situação que impera em nosso país.

(Retomando a leitura) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, por esses motivos e por outros mais é que não se pode impedir nem censurar que a juventude e o clero lutem contra essa situação e que se batam pela redemocratização do país.

É um dever que se lhes impõe agir calorosamente, patrioticamente no sentido de melhorar as nossas condições políticas, alertando para que tenha um termo desses acontecimentos, a fim de que novos ramos seja tomados, tranquilizando a família brasileira e criando um clima de boa vontade, de cooperação com os governantes.

Este discurso poderia ser mais amplo, mais filosófico, no sentido notável pois a filosofia é um dos ramos da ciência que muito me seduz.

Acho mesmo que a filosofia é a base da ciência, é a sublimação do espírito na compreensão da vida e dos fenômenos.

É o trabalho intelectual mais profundo para conhecer as partes íntimas da natureza material e humana.

É o esforço do pensador que vai até o infinito.

Agnósticos ou não procuram esclarecer a seu modo os meandros dos acontecimentos, das percepções que nos invadem o psiquismo, vendo-nos, não raro, em condições de entender o mecanicismo da vida e do mundo.

Perscrutando o imponderável e o inapreensível, esforça-se para compreendê-los, dando-lhes forma no campo das inter-estações lógicas ou admissíveis.

Da intuição especulativa surgem pensamentos, prognósticos, ideologias que fazem época e que prevalecem ao correr dos séculos e até dos milênios.

O homem faz uma evasão do seu eu prático-cotidiano e se envolve em atmosferas espirituais que o conduzem a afirmar coisas que despertam a fúria de outros que não aceitam tais conclusões.

Os grandes mistérios, as grandes dúvidas que freqüentemente se tornam problemas de imenso vulto para que os que pensam e refletem sobre os fenômenos que nos cercam e que nos preocupam são analisados por inteligências superiores, que os equacionam e lhes dão, senão uma solução, pelo menos uma forma de entendê-los, à luz da metafísica ou da compreensão científica.

Há tanta beleza, tanta profundidade no decurso da história da filosofia, desde o seu período áureo, na antiga Grécia, com Sócrates, Platão e Aristóteles, cujas bases científicas ainda eram precárias, que se fica suspenso que antes deles, já no século sexto antes de Cristo, na época pré-socrática, sugerissem pensadores como Tales de Mileto, Anaximandro e Anaximenes, que já se manifestaram profundamente sobre a subsistência de todas as coisas.

Todos os jovens, mesmo os que despretam para a vida e, também, as pessoas amadurecidas, com mais razão, não devem ficar indiferentes às ocorrências dos eventos bons ou maus, que se observam no ambiente em que vivem e em que exercem as suas atividades, no momento quando está em jogo o futuro da nacionalidade.

Por isso é que o meu discurso decorreu sobre assuntos que se ligam diretamente à nossa situação política e social.

Ainda porque sendo um político militante e um apaixonado pelo progresso e pelo bem-estar do Brasil, desejo que todos se interessem pelo êxito de seu desenvolvimento, não só econômico, como cultural e que retem o caminho das francas garantias constitucionais, com um povo levando uma existência tranqüila, sem sobressaltos, confiante em melhores dias.

O Sr. Josaphat Marinho — Permite V. Ex. um aparte?

O PEDRO LUDOVICO — Pois não!

O Sr. Josaphat Marinho — Manifesta V. Ex. mais do que uma esperança, uma justa reivindicação, particularmente quando se refere a que se assegurem aos estudantes, aos jovens, as condições de livre expressão de seus ideais e de suas necessidades. Veja, porém, V. Ex. que, enquanto um homem com sua experiência e sua decisão de luta assim se manifesta, o que o Governo faz é criar uma Comissão paramilitar de caracterizada intervenção no Ministério da Educação; vale dizer, que adota uma providência impeditiva do diálogo inteligente com a mocidade brasileira.

O SR. PEDRO LUDOVICO — V. Ex. tem toda razão. E o Governo escolheu, justamente, para dirigir essa Comissão e entabular o diálogo com os estudantes, um homem muito conhecido, o Coronel Meira Matos. Sou até suspeito para falar de sua pessoa porque esse Coronel fez as maiores violências em Goiás, colocou dois carros de polícia, duas semanas, frente à minha residência para tomar nota do nome de quem ali entrava.

O Sr. Josaphat Marinho — E não esqueça V. Ex. que foi ele também o executor do cerco e da invasão das duas Casas do Congresso Nacional.

O SR. PEDRO LUDOVICO — E ainda declaro, no dia em que executava a invasão do Congresso, que não queria civil dentro desta Casa.

Quer dizer, é um militarista completo.

O Sr. Eurico Rezende — Permite V. Ex. um aparte? (Assimilando do orador) — O eminente Senador Josaphat Marinho parece que não conhece o Deputado Tarso Duara. Se o conhecesse, ou se o conhecesse bem, V. Ex. não teria dito o aparte no sentido de que houve invasão no Ministério da Educação. Todos nós que conhecemos a alta e aplaudida respeitabilidade e, sobretudo, a inquestionável independência do Senhor Deputado Tarso Duara, podemos preclamar que S. Ex. não aceitará nenhuma medida coercitiva, nenhuma intervenção na sua pessoa.

O Sr. Josaphat Marinho — Permite-me o nobre orador apenas aditar um postumo que, de princípio, evitei.

O SR. PEDRO LUDOVICO — Perfeitamente.

O Sr. Josaphat Marinho — Se estivermos num regime de acatamento ao poder civil e de pleno respeito, pelos civis, a si próprios, o Ministro Tarso Duara teria pedido demissão do cargo no dia em que foi baixado esse decreto estruente.

O SR. PEDRO LUDOVICO — Penso que o contra-aforte do nobre Senador Josaphat Marinho revela o que se passa na alta esfera do Governo brasileiro.

O SR. PEDRO LUDOVICO — (Retomando a leitura) — Que se dê aos jovens a permissão de expor as suas idéias, de transmitir o seu pensamento sobre o que acham certo ou errado no modo de se conduzir a política brasileira.

Não serão eles que irão abalar os alicerces de uma revolução que está amparada por milhares de baionetas.

A inclinação da juventude é e foi sempre de luta. A sua pregação não demolirá o edifício sólido de um governo revolucionário, que é a árvore frondosa e frutífera onde a maioria deseja cu é forçada a se obrigar.

Que não se decepcionem os moços com o seu idealismo.

Quanto mais abusiva e violenta a repressão que contra os mesmos se tomar, mais se obstinarão em propagar os seus pontos de vista, tornando-se mártires por uma causa que julgam justa.

No dia em que este regime paramilitar ou militarista melhorar as condições de vida do povo, puzer um termo à inflação e não permitir que se espanquem ou torturem brasileiros nos próprios quartéis do Exército, estudantes, padres e leigos o elogiarão. (Muito bem. Palmas.)

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Com a palavra o nobre Senador Aarão Steinbruch.

O SR. AARÃO STEINBRUCH:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, preceitua a Constituição vigente, em seu artigo 100, o seguinte:

"Art. 100. O funcionário será aposentado:

- I — por invalidez;
- II — compulsoriamente, aos setenta anos de idade;
- III — voluntariamente, após trinta e cinco anos de serviço.

§ 1º No caso do número III, o prazo é reduzido a trinta anos, para as mulheres.

§ 2º Atendendo à natureza especial do serviço, a lei federal poderá os limites de idade e de tempo de serviço, nunca inferiores a sessenta e cinco e vinte e cinco anos, respectivamente, para a aposentadoria compulsória e a facultativa, com as vantagens do item I, do artigo 101".

Ora, de acordo com os precisos termos desse artigo, foi apresentado à Câmara dos Deputados projeto de lei, aprovado a unanimidade por aquela

Casa, e remetido ao Senado Federal, projeto determinando a concessão de aposentadoria aos funcionários federais autárquicos e de entidades parastatais que lidam, habitualmente, com raios-X ou substâncias radioativas, quando seriam aposentados facultativamente com 25 anos de serviço ou, compulsoriamente, com 65 anos.

O projeto também determinou que somente seriam amparados por esse benefício os servidores que, trabalhando habitualmente com raios X ou substâncias radioativas, o façam amparados pela Lei nº 1.234, desde que trabalhem pelo menos 10 anos consecutivamente nesse serviço ou 15 intercalados.

Não é demais salientar a justiça da proposição, de vez que ela vem, primeiro, atender a pedido constitucional que regulamentar o inciso e a preceitos das Assembleias Legislativas da Guanabara por exemplo e da própria Lei Orgânica da Previdência Social, que determina essa aposentadoria desde que o trabalhador enfrente risco de vida, cu este em contato com explosivos, raios X, etc., etc.

O projeto já está aqui, Senhor Presidente, e tomou o nº 135, de 1967. Está, se não me engano, na Comissão de Serviço Público, para a qual foi distribuído após ter ido primeiramente à Comissão de Constituição e Justiça.

É justo que, estando presente o líder do Governo Senador Eurico Rezende, eu peça a S. Ex. que promova o andamento rápido da proposição, requerendo até urgência, porque poderíamos, pelo menos, apresentar um resultado positivo da convocação extraordinária entre os decorrentes de outros assuntos abordados, de crítica a política econômico-financeira do Brasil e ao regime de semi-militarismo em que vivemos.

O Senado poderia aprovar neste período de convocação extraordinária, a proposição, que vem atender a uma justa aspiração de servidores, de vez que os trabalhadores já têm este direito assegurado em lei e comprado até em Constituições estaduais.

Era esta a solicitação que desejava fazer a Mesa. As lideranças poderiam encaminhar requerimento neste sentido, promovendo a tramitação urgente da matéria, a fim de que possamos no período de Convocação Extraordinária aprovar a proposição.

Quero também, Senhor Presidente, encaminhar à Mesa requerimento que formule ao Senhor Ministro do Trabalho e Previdência Social, para que informe se já foram tomadas providências desta Pasta para regularização do funcionamento da Indústria de Têxteis de Barra do Piraí, Estado do Rio de Janeiro, em vista do seu fechamento e correção de ocorrência da calamitosa situação em que se encontram os trabalhadores da referida indústria. (Muito bem)

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Tem a palavra o Senhor Senador Gilberto Marinho.

O SR. GILBERTO MARINHO:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, em recente relatório, os médicos integrantes do Corpo Clínico do Hospital dos Servidores do Estado focalizam o quase colapso que reduziu significativamente a possibilidade operacional do hospital, criando a ociosidade do gigantesco acervo econômico da instituição, dos equipamentos técnico-científicos e do pessoal técnico-administrativo, transformando o melhor hospital do país numa unidade hospitalar de baixo índice de produtividade, com sérios prejuízos para a medicina assistencial, os poderes da República e o funcionalismo público. Isto levou os médicos do HSE a se reunirem em assembleia

geral, a fim de discutir as causas deste estado de coisas e encaminhar soluções definitivas para que o HSE ressurgisse como hospital moderno, operando nas 24 horas do dia.

Deve ser salientado que, em 1953, foi instituído o atendimento médico em dois turnos, resultando em aumento de 40% da produtividade médica-hospitalar. Simultaneamente, foi criado o sistema de plantões para as emergências médicas e cirúrgicas, com vistas ao melhor atendimento, movimento dos leitos de internação e redução da média de permanência. O índice de ocupação dos leitos atingiu a mais de 95% da capacidade do HSE. Estas medidas reduziram as constrangedoras filas de espera para as consultas, para as intervenções cirúrgicas, e foram elas tão favoráveis, que foi criado o centro de tratamento intensivo para a recuperação rápida dos doentes graves, funcionando às 24 horas do dia.

No dia 8 de janeiro de 1963, a falta de recursos levou o diretor do HSE a suspender todos os atendimentos médicos especiais, de emergências e de plantões noturnos, afirmando que fora do horário da manhã nenhum atendimento médico poderia ser feito.

As consequências desta medida repressiva, afetando toda a dinâmica do HSE, repercutiram em todas as demais atividades hospitalares, a saber: alongamento dos prazos para as consultas, internações e intervenções cirúrgicas e, por vezes, com graves e irreparáveis riscos para os pacientes; redução das possibilidades de atendimento médico-hospitalar que o HSE é capaz: aumento do tempo médio de permanência do doente internado; aumento do custo do paciente-dia; queda do padrão de instrução dos médicos residentes, que adquirem orientação profissional especializada, para a aplicação em todos os cantos do país, com evidentes prejuízos para os problemas médicos que interessam à Nação.

A supressão das atividades de formação de pessoal, auxiliar de enfermagem, cujo grande déficit no país é sobejamente conhecido; paralisação total da pesquisa e investigação científica, justamente numa fase em que a medicina apóia o seu progresso, cada vez mais, na experimentação; deflagração de um violento impacto sócio-econômico nas centenas de milhares de servidores civis da União, usuários leais do HSE, cujas repercussões serão imprevisíveis; e desestímulo dos médicos no sentido de seu aprimoramento técnico e dinamização e desvitalização do hospital.

Acentuam que o acesso à assistência médica é um direito inalienável em todos os povos e, no Brasil, o HSE é o responsável pela prestação de assistência médica ao funcionalismo civil da União. Existem 387 mil enfermos matriculados no HSE, aproximadamente 10% da população da Guanabara sendo possível salientar que 48% da clientela potencial do HSE continuam domiciliados, na GB, correspondendo a 1 milhão de pessoas. Além da responsabilidade do HSE perante essa população o HSE recebe enfermos de todos os Estados do Brasil, que pelos dados de 1965 corresponde a 37% das internações de pessoas que aqui vieram buscar medicina curativa.

Hoje é conceito pacífico que gastos com saúde e com educação não constituem esbanjamento. São inversões reprodutivas, investimentos que geram trabalho, progresso, riqueza e bem-estar social. Pedimos, pois, a atenção do Ministro do Planejamento no sentido de serem propiciados os recursos para a recuperação daquele modelo hospital no seu regime de funcionamento pleno. (Muito bem! Muito bem!)

COMPARECEM MAIS OS SRS.
SENADORES

José Gutomard
Flavio Brito
Milton Trindade
Clodimir Milet
Sebastião Archer
Petrônio Portela
José Cândido
Paulo Sarasate
Teotônio Vilela
Rui Palmeira
José Leite
Antônio Balbino
Josaphat Marinho
Carlos Lindemberg
Vasconcelos Tôres
Gilberto Marinho
Benedicto Valladares
Carvalho Pinto
Lino de Mattos
João Abrahão
Filinto Müller
Ney Braga
Antônio Carlos
Daniel Krieger
Mem de Sá

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Tem a palavra o Senhor Senador Arthur Virgílio. (Pausa)

Não está presente.

Tem a palavra o Senhor Senador Benedicto Valladares. (Pausa)

Não está presente.

Tem a palavra o Senhor Senador Teotônio Vilela. (Pausa)

Não está presente.

Não há mais oradores inscritos.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama)

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 123, de 1967, (nº 698-B-67, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que concede reforma a militares asilados e dá outras providências, tendo Parecer, sob nº 942-A, de 1967 da Comissão

-- de Finanças, pela aprovação do projeto.

O Projeto em causa, no despacho inicial, foi enviado, por equívoco, à Comissão de Constituição e Justiça, deixando de ser submetido à Comissão de Projetos do Executivo, como determina o artigo 94, letra C, do Regimento Interno.

Nesta oportunidade, a Presidência retira a matéria da Ordem do Dia para encaminhá-la à Comissão de Projetos do Executivo.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama)

Item 2:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 134, de 1967 (nº 691-B-67, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que autoriza o aumento de capital da Usina Termelétrica de Figueira S. A. — UTEFLA, tendo pareceres, sob ns. 940 e 941, de 1967 das Comissões de Projetos do Executivo, pela aprovação; e de Finanças, pela aprovação.

Em discussão o projeto.

Se nenhum dos Srs. Senadores desejar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

O projeto irá à sanção. *
E' o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 134, DE 1967

(Nº 691-B-67, na Casa de origem)

Autoriza o aumento de capital da Usina Termelétrica de Figueira Sociedade Anônima — UTEFLA.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Usina Termelétrica de Figueira S. A. — UTEFLA — fica autorizada a aumentar o seu capital, atualmente de NCR\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros novos), até o limite de NCR\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzeiros novos).

Art. 2º A União Federal manterá o mínimo de 51% (cinquenta e um por cento) do capital em ações ordinárias nominativas, com direito a voto, e utilizará, para a subscrição e integralização, os recursos consignados no orçamento da Comissão do Plano do Carvão Nacional em favor da Usina Termelétrica de Figueira S. A. — UTEFLA —, a partir do exercício de 1966, podendo o restante do capital ser subscrito por particulares e pelas empresas referidas no art. 3º da Lei nº 3.226, de 27 de julho de 1957.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama)

Item 3:

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei do Senado nº 57, de 1967 (de autoria do Sr. Senador Gilberto Marinho), que declara de utilidade pública a Sociedade Brasileira de Belas Letras e Ciências, tendo pareceres, sob números 894, 895 e 896, das Comissões: de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; de Educação e Cultura, pela aprovação; e de Finanças, pela aprovação.

Em discussão o projeto, em seu segundo turno.

Se nenhum dos Srs. Senadores desejar fazer uso da palavra encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Não havendo emendas nem requerimento no sentido de que o projeto seja submetido a votos, é dado como definitivamente aprovado, independentemente de votação, nos termos do art. 272-A, do Regimento Interno.

O projeto vai à Comissão de Redação.

E' o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 57, DE 1967

Declara de utilidade pública a Sociedade Brasileira de Belas Letras e Ciências.

Art. 1º E' declara de utilidade pública a Sociedade Brasileira de Belas Letras e Ciências, com sede na Rua do Catete 15, na cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama)

Item 4:

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei do Senado nº 70, de 1967, de autoria do Sr. Senador Lino de Mattos, que retifica, sem ônus, a Lei nº 5.189, de 8 de dezembro de 1966 que estima a receita para o exercício de 1967,

tendo pareceres sob ns. 809 e 904, de 1967, da Comissões de Constituição e Justiça pela juridicidade; de Finanças, favorável.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

Não tendo havido emendas nem requerimento no sentido de o Projeto ser submetido a voto, é éle dado como definitivamente aprovado, independentemente de votação, nos termos do art. 272 "a", do Regimento Interno.

O Projeto vai à Comissão de Redação.

E' o seguinte o Projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 70 DE 1967

Retifica, sem ônus, a Lei nº 5.189, de 8 de dezembro de 1966, que estima a Receita e fixa a Despesa para o exercício financeiro de 1967.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º E' retificada, sem ônus, a Lei nº 5.189, de 8 de dezembro de 1966, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1967, na parte seguinte:

4.10.00 — Ministério da Justiça e Negócios Interiores

4.10.13 — Departamento de Administração (Órgãos dependentes)

14.04.2.1598 — Assistência Social ao Menor a cargo de Instituições Privadas conforme discriminação do Adendo "A".

ADENDO "A"

Onde se lê:

"SAO PAULO"

Centro Espírita "Fraternidade Alan Kardeck", para assistência a menores — NCR\$ 10.000,00

Lia-se:

"DISTRITO FEDERAL"

Centro Espírita "Fraternidade Alan Kardeck", para assistência a menores — NCR\$ 10.000,00

(Sem revisão do orador) —

O SR. GILBERTO MARINHO — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, trago ao conhecimento deste Plenário o discurso proferido pela Dra. Remy Medeiros da Fonseca, Presidente do Conselho Nacional das Mulheres do Brasil, na sessão de 18 de dezembro de 1967, em homenagem às dez senhoras que, em 1967, mais trabalharam pela integração da mulher no processo do desenvolvimento sócio-político-econômico do País.

"O Conselho Nacional de Mulheres do Brasil, organização cultural feminina, com sede e fóro nesta cidade tem por finalidade trabalhar em defesa dos direitos da mulher brasileira, pela proteção à mãe e à criança e pela paz universal, por meu intermédio, tem a honra de nesse momento considerar aberta esta memorável sessão, que tem por finalidade precípua, homenagear as Dez Mulheres que em 1967, muito trabalharam pela integração da mulher no processo de desenvolvimento sócio-político-econômico do País.

Inicialmente, e com imenso prazer que em nome do CNMB, desejamos expressar nossos sinceros agradecimentos ao Sr. Adolfo Bloch, que tão cordialmente, colocou à nossa disposição este belo salão do Iate Clube do Rio de Janeiro, orgulho da nossas sociedades esportivas e da nossa alta sociedade.

Com o pensamento na verdadeira missão da mulher no mundo moderno, o Conselho, que foi fundado pela Insigne brasileira, Dona Jeronima Mesquita, não poderia deixar de pa-

trocinhar o programa que ora estamos realizando, pois, cabe-nos o dever de estimular o valores femininos do País. Esse ano resolvemos homenagear não apenas quem trabalhou em nossa Pátria. Achamos que seria justa e oportuna, a iniciativa de homenagear também, uma mulher latino-americana que muito trabalhou em defesa dos direitos da mulher neste Hemisfério. E por conhecermos de perto a obra realizada pela Srta. Isabel Arrua Vallejo, fundadora da Liga Paraguaia dos Direitos da Mulher, principal responsável pela campanha cívica em prol da obtenção dos direitos políticos e civis para a mulher paraguaia, deliberamos tributar-lhe nesta sessão, uma homenagem especial, expressão sincera de admiração e solidariedade da mulher brasileira à mulher guarani.

Reconhecemos que não somente as Dez senhoras escolhidas em 1967, trabalharam pela integração da mulher no processo de desenvolvimento sócio-político-econômico do País. Temos certeza, porém, que as nossas homenageadas Muito trabalharam em seus respectivos setores de atividade em prol do desenvolvimento de nossa Terra.

Lamentamos, que no momento, não possamos homenagear uma representante de cada Estado da Federação. Não pretendemos fazer demagogia, ao vos afirmar que o Conselho desejaria apresentar nesta sessão, os valores femininos que muito trabalharam em todos os Estados do Brasil. Temos certeza que os eminentes representantes do povo no Parlamento Nacional, em seus respectivos Estados, muito poderão nos ajudar a descobrir os valores femininos que deverão ser homenageados pela nossa organização no próximo ano. Estamos absolutamente convencidas que o desenvolvimento do País e os homens de governo, necessitam da cooperação feminina para a solução dos problemas nacionais. Assim com a esperança de dias e oportunidades melhores para as nossas compatriotas, seguiremos ordenando o movimento feminino brasileiro, com a única e verdadeira finalidade de tornar reconhecido no Brasil e no exterior, o progresso da mulher de nossa Pátria e sua cooperação em prol do nosso desenvolvimento.

Reconhecendo portanto, que existem em todo o território brasileiro, além das Dez Homenageadas, outros valores que igualmente, seriam dignos de receber nesta oportunidade, a homenagem do CNMB, tenho a honra de declarar que em 1967, as senhoras: Madame Jean Binoche, Aviadora Anesia Pinheiro Machado, Myrthes Paranhos, Professora Maria Junqueira Schmidt, Professora Helena Antipoff, Nina Chaves, Léa Sayão Araújo de Pina, Deputada Júlia Vaena Steinbruch, Dña Teixeira da Silva e a Irã Dulce Lopes Pontes, insigavelmente, muito trabalharam pela integração da mulher no processo de desenvolvimento sócio-político-econômico do País, sendo por isso mesmo, com Justiça, merecedoras da maior admiração e respeito do povo brasileiro, pela dedicação, cultura, espírito de sacrifício e trabalho, com que em seus respectivos setores de atividades desempenharam seus trabalhos e suas obrigações.

DIPLOMACIA

Madame Jean Binoche
Embaixatriz da França

Diversas pessoas têm indagado po. que deliberamos homenagear uma senhora do Corpo Diplomático? A resposta é muito simples. Porque desejamos associar a embaixatriz estrangeira às nossas organizações femininas, culturais e filantrópicas. Desejamos que participem e se interessem pelo movimento feminino brasileiro. Reconhecemos que as esposas dos Chefes de Missão dispoem de pouco tempo livre para se dedi-

carem ou se interessarem pelos problemas referentes à condição da mulher brasileira, porém, temos certeza que as embaixatrizes verdadeiramente, inteligentes e cultas, estarão sempre interessadas em trocar idéias sobre os nossos problemas. Foi por isso que esse ano, foi escolhida a representante da França, Madame Jean Binoche, uma mulher inteligente e realizada, que sente pelo Brasil e pelos brasileiros uma verdadeira admiração e sincera amizade. Madame Binoche reconhece a importância para os dois países, do intercâmbio cultural, que dia a dia, indistintamente, aumenta. Nossa homenageada sentiu-se profundamente emocionada ao saber que a haviamos escolhido para ser a representante do Corpo Diplomático de 1937. Admiradora sincera das belezas naturais de nossa Pátria, quer levar para a França a impressão real dos valores femininos de nossa Terra. Nossa homenageada nasceu na África do Norte. Filha de fazendeiros, estudou num pensionato religioso da localidade, casou-se muito jovem, tendo ficado viúva com três filhas também muito cedo. Após tão doloroso acontecimento, Madame Binoche transferiu seu domicílio para a França. Em Paris, participando da vida cultural francesa, frequentando teatros, museus, conferências, e dedicando-se às obras sociais, consagrou-se particularmente a um berçário popular, onde muito pôde aprender na convivência com aquele pequenino mundo, disse-me ela. No meio dessas atividades tornou a casar-se, sendo então sua vida toda dedicada a acompanhar seu marido, o embaixador Jean Binoche, representante da França no Peru, Noruega, Iugoslávia e Brasil. Nossa homenageada participou com muito entusiasmo da Feira da Providência.

Sempre presente e solidária ao movimento de ajuda aos seus compatriotas que vivem em nosso País, interessa-se particularmente pela Aliança Francesa trago de união cultural entre as duas Pátrias tradicionalmente amigas. Por isso mesmo, fez questão de convidar para seu padrinho nesta cerimônia, o Dr. Luís Anibal Falcão, digno Presidente da Aliança Francesa no Brasil. Madame Jean Binoche é realmente, amiga do nosso País e do nosso povo. Nós do CNMB, orgulhamo-nos da simpática e culta embaixatriz da França. Reconhecemos nela um valor humano extraordinário, digno de ser homenageado pela mulher brasileira em 1957.

AVIAÇÃO

AVIADORA

Anesia Pinheiro Machado

Eis aqui a figura de uma autêntica pioneira da integração da mulher num setor de atividade muito difícil e arriscado: a aviação.

Abriu as veredas de um caminho que veio desvendando novas possibilidades à mulher. Aqui em nosso país, a mulher não tem muitas oportunidades profissionais no campo da aeronáutica, mas em outros países as aviadoras têm alcançado trabalhar na aviação, com grande aproveitamento e destaque. Entre nós, Anesia abriu um precedente magnífico, pois, mercê dos seus esforços e capacidade e grande competência, foi, por alguns anos, instrutora de voo por instrumentos na Força Aérea Brasileira, e numa companhia de aviação comercial, a antiga Panair do Brasil.

Na aviação, tem ela prestado relevantes serviços ao Brasil, trabalhando, não só aqui, mas principalmente no exterior, pela divulgação dos feitos dos nossos heróis, dizendo, lá fora o que é a aviação na Pátria do Pai da Aviação e sobretudo tornando mais conhecida a figura do imortal brasileiro, Alberto Santos Dumont. Com suas asas metálicas, percorrendo os céus das Américas, tem realizado uma obra de verdadeira aproximação

continental, de união entre os povos do nosso Hemisfério. Projeteu a aviação brasileira além das fronteiras. Ao dizer de um dos nossos grandes diplomatas, ela tem sido uma verdadeira embaixatriz dos sentimentos de fraternidade e de amizade do povo brasileiro para com seus irmãos do continente.

Inúmeras as honrarias com que tem sido distinguida, não só aqui como em outros países. E muito nos envidoe saber que o seu retrato figura na galeria de "Mulheres na Aviação" do maior museu de aeronáutica do mundo o Museu Nacional do Ar e do Espaço, da Smithsonian Institution em Washington, em cuja legenda se pode ler: "Anisia Pinheiro Machado, brasileira, decana da aviação feminina mundial", seguindo-se um resumo biográfico. Somente isso é uma consagração.

Essa é a nossa homenageada, cujas atividades não se limitaram à prática da aviação. A sua cultura eclética levou-a a interessar-se e trabalhar com eficiência em outros campos de atividades, principalmente nos que concernem à emancipação da mulher, pois também é uma grande batalhadora desse movimento aqui em nossa Pátria, muito tendo contribuído para que tantas batalhas fossem levadas a vencida. Foi uma das que formaram no primeiro grupo de lutadoras pela emancipação da mulher e das reivindicações pelos nossos direitos políticos e civis, quando já em 1922, se associava à Federação Brasileira Pelo Progresso Feminino, juntamente com Dona Jerônimo Mesquita, Dra. Bertha Lutz e outras grandes pioneiras desse movimento.

A mulher no jornalismo tem nela uma das iniciadoras nessa carreira. Já nos idos de 1927 e 1928. E também figura entre as primeiras que se inclinaram pela taquigrafia parlamentar e posteriormente à redação oficial em casa legislativa.

Na participação da mulher na política e nos movimentos que aqui ocorreram por um Brasil melhor, ela tem um lugar de destaque, participando ativa e combatente pela ordem legal e pela democracia em nossa terra.

As suas muitas condecorações, entre elas várias militares, não só brasileiras como outorgadas por governos estrangeiros, são o testemunho latente, vivo, do reconhecimento que se lhe deve. Os troféus e diplomas trazem sempre uma constante: a exaltação dos seus méritos como pioneira da aviação e como exemplo a todas as aviadoras em todo o mundo.

A nossa eminente patriciã, o CNMB não poderia deixar de trazer também o seu tributo de homenagem, de respeito e de admiração pelo inestimável trabalho realizado em sua brilhante trajetória, para o engrandecimento do valor e da cultura da mulher brasileira, sempre voltada para os mais pobres sentimentos cívicos de amor à Pátria que nos deu o berço.

ECONOMIA DOMÉSTICA

Myrthes Paranhos

Homenagearemos agora, a figura mais representativa da arte de cozinhar do Brasil — Myrthes Paranhos. "Foi por necessidade que resolvi trabalhar", disse ela a um jornalista. Quantas senhoras, meus amigos, por esse nosso imenso território nacional, não fizeram o mesmo que Myrthes, dedicando-se à arte culinária para ajudar à manutenção da família e mesmo para prover à própria subsistência. Quantas terão conseguido vencer como a nossa homenageada? Escrevendo, fazendo programas de televisão, ministrando cursos de culinária no Rio, Belo Horizonte, Belém, e em diversas outras capitais brasileiras, Myrthes, é sempre a profissional competente, cordial e tenaz, que atende a todos com simpatia e boa vontade. Seu restaurante, um dos mais famosos desta cidade, é o ponto

de encontro de artistas e de pessoas famosas da nossa sociedade. Quando em 1965, nossa homenageada representou o governo brasileiro na Feira Internacional del Campé, em Madrid, na Espanha, teve a honra de encontrar-se com o Generalíssimo Franco, que já havia lido um dos seus livros de arte culinária brasileira. No momento, nossa homenageada está trabalhando numa "Enciclopédia Culinária" que deverá ser publicada no próximo ano. Myrthes sabe como preparar a boa comida. Diplomada na França, Argentina e Portugal, nossa homenageada tem procurado transmitir ao nosso povo a verdadeira arte de cozinhar, através dos inúmeros cursos por ela ministrados pela televisão, no Clube dos Decoradores, no Clube Sírio-Libanês e na ABBR. A convite do governo do Estado de Minas Gerais, deu um curso de culinária em Belo Horizonte, em 1965. Em Belém do Pará, durante a 1ª Conferência Nacional da Castanha do Pará, também, a convite do governo e do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário, ministrou outro curso de culinária.

Dia a dia, Myrthes, oferecendo boa comida, bom atendimento e gentileza, vai conquistando os brasileiros e estrangeiros que sabem apreciar os mais finos e deliciosos pratos da nossa terra. O CNMB deliberou homenageá-la, tendo em vista seu esforço no sentido de divulgar a arte de cozinhar do Brasil para o mundo. Temos certeza que por intermédio de seus livros especializados de arte culinária brasileira, nossa comida e os nossos pratos tradicionais ainda hão de fazer parte do cardápio internacional.

EDUCAÇÃO

Professora Maria Junqueira Schmidt

No ano passado homenageamos a professora Laura Jacobina Lacombe e em 1967, o nome escolhido por unanimidade, foi o da Professora Maria Junqueira Schmidt, a criadora das Escolas de Pas no Brasil e a organizadora dos Círculos de Pas. A cultura da nossa homenageada é extraordinária. Seu "curriculum vitae" é de causar orgulho a qualquer brasileiro. Poliglota, diplomada pelos centros educacionais mais famosos da Europa e dos Estados Unidos, é, por concurso, professora de Francês do Ensino Secundário do Estado da Guanabara. Professora de Orientação Educacional da Faculdade Santa Ursula. Tem dado cursos de Orientação Educacional em várias Faculdades do Brasil. Mantém cursos de Educação Familiar na TV Continental, na Universidade sem paredes de Gilson Amado, bem como na TV Tupi.

É membro da Comissão Nacional do Livro Didático, Membro da Comissão de Estudos de Diretrizes e Bases da Educação. Membro de bancas examinadoras de concurso no Itamarati, DASP do Estado do Rio, etc. É a atual Presidente da Região do Estado da Guanabara da Federação das Bandeirantes do Brasil.

Representou o nosso País no Seminário das Nações Unidas, de Bogotá, sobre o tema — "Maior participação da Mulher na Vida Pública".

Participou dos vários Seminários de Orientação Educacional da CADES. E como delegada do SESC da Guanabara, participou do Congresso de Serviço Social de Roma, em 1961.

Como escritora seus livros são autênticos sucessos. Laureada pela Academia Brasileira de Letras, Maria Junqueira Schmidt, é uma das melhores e mais famosas conferencistas do Rio de Janeiro.

Seus trabalhos atuais de maior repercussão são os seguintes:

I — Orientação Educacional com funções mais amplas, visando a integração das linhas de força das agências educativas — escola, família, comunidade — para contribuir a unificação da personalidade dos educan-

dos, desintegrada por força da dispersão do nosso mundo atomizado.

II — Experimentação do método de Animação de Grupos, especializando o estilo da dinâmica do Grupo-Compreensão, criando técnicas novas que levem o público a maior participação das emas, capacitando-o assim a uma reflexão mais profunda que o habilite a ser agente de mudança em seu meio e a assumir a liderança do progresso social, — isto em dramático atraso sobre o progresso técnico.

III — Experimentação do seu estilo de Animação do Grupo-Compreensão — em que a elaboração dos temas tem tanta importância quanto a formação de atitudes — em Lisboa, com a Escola de Pais e a Escola do Beiral, e em várias cidades da Suíça e na França.

Como vêm, a educadora do ano, é um valor nacional que precisava ser com muita justiça, homenageado pelo CNMB, como uma das Dez Mulheres que em 1967, muito trabalharam pela integração da mulher no processo de desenvolvimento sócio-político-econômico do País.

EDUCAÇÃO RURAL

Professora Helena Antipoff

Em 1951, o Ministro Prado Kelly, então presidente da Associação Brasileira de Educação, dirigiu uma mensagem ao Sr. Presidente da República, no sentido de propor ao Governo brasileiro a inscrição no Livro do Mérito, do nome da Professora Helena Antipoff. Nesta mensagem, dizia o Presidente da ABE:

"Para atender a um convite do Doutor Francisco Campos, então Secretário do Interior do Presidente Antônio Carlos, a Professora Helena Antipoff deixou, em 1929, os postos que ocupava, no Instituto Jean Jacques Rousseau e na Universidade de Genebra (nesta última era assistente, na cátedra de psicologia, do grande educador suíço — Edouard Claparède). Com outros educadores europeus e mineiros, foi incumbida de fundar a Escola de Aperfeiçoamento de Minas Gerais..." A falta absoluta de recursos materiais apurados nas pesquisas para atender aos casos de deficiência promovidas pelo Laboratório de Psicologia Experimental desperdiçou uma viva impressão no espírito da Professora Helena Antipoff... que em 1932, fundou a Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais, destinada a promover um movimento em prol das crianças que não se desenvolviam convenientemente... Em 1939, tendo a sua presidente demonstrado a necessidade de cuidar das crianças no meio rural em a Fazenda do Rosário, no Município de Betim, e aí, se fundou a Escola Granja, iniciativa destinada a influir na educação nacional, como veremos daqui a pouco... Segundo os testemunhos dos seus colaboradores os trabalhos acima referidos foram levados a cabo através dos visíveis sacrifícios pessoais seus... Em 1945, fundou a Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais, a Sociedade Pestalozzi do Brasil, a qual foi diretora técnica... Em 1941 o Governo de Minas, interessado em imprimir novos moldes ao ensino rural e em desenvolvê-lo, na a obtenção do Departamento Nacional da Criança a cessão temporária da magistral educadora para a organização de cursos de aperfeiçoamento destinados aos professores rurais. Em 1948, a a promoveu a realização de dois desses cursos. A obra tomou um impulso que em 1950 já estava exposto a absorção completo da atividade intelectual de sua diretora. Assim esta foi levada a renunciar ao seu contrato com o Governo Federal, para atender ao chamado insistente do Governo de Minas. E, logo, ajudada por um grupo de assistentes devotadas, começou a pôr em execução o plano, que recebera a aprovação entusiástica do Secretário de Educação,

Dr. Abgar Rêmuê e do Governador Dr. Milton Campos. Instalaram-se em Divinópolis, Arara do Dia e Teófilo Otoni, centros regionais de treinamento para os professores rurais já em exercício, previamente escolhidos. Ao mesmo tempo, pensava no professorado futuro, estabeleceram-se escolas normais rurais na Fazenda do Rosário (Município de Betim) e em Conselheiro Mata (Município de Diamantina). Em 1950, em um Seminário reunido na Fazenda do Rosário, educadores vindos de diversos Estados, puderam ver a plena floração de uma idéia destinada a ampliar os horizontes do ensino rural do Brasil. Em torno da pequena escola rural fundada em 1939, foram crescendo instituições modestas, nas quais crianças da escola primária, alunas da escola normal, alunas-mestras de cursos de aperfeiçoamento estão aprendendo não só a se preparar para uma vida individual satisfatória como contribuir a transformação e ao progresso dos pequenos agrupamentos humanos em que vão viver... É certo que a energia para estimular e orientar todo o imenso labor acumulado depende de um vigor pessoal incomparável. Mas no espírito da Professora Helena Antipoff esse vigor teve seu pleno desenvolvimento, graças ao impulso de suas convicções arraigadas: a provinda da sua confiança profunda na educabilidade da natureza humana e a derivada na fé inabalável na capacidade da gente brasileira. Esta se alterou nas pesquisas que fez em nosso meio. Todos os seus escritos, livros as suas palestras apontam exemplos comovedores do engenho e da boa índole de crianças providas dos ambientes mais variados, e da heróica dedicação de professores que vivem às vezes sem outro estímulo a não ser o de bem servir. E assim o nome da grande figura apostolar admirada e querida em todos os meios educacionais do Brasil, foi inscrito no Livro do Mérito Nacional, como urato de Justiça do Governo Brasileiro. Eis aí, senhores, porque nós do CNMB, não poderíamos deixar de homenagear em 1967, aos 75 anos de idade, a extraordinária figura humana da "educadora de educadores", àquele que veio de longe para dedicar-se inteiramente à nossa terra e à nossa gente.

JORNALISMO

Nina Chaves

Mineira de Uberaba, viveu em Goiás e no Paraná, onde cursou o ginásio e terminou o curso normal. A nossa homenageada começou a trabalhar aos catorze anos de idade, como secretária do Prefeito de Londrina. Daí iniciou sua vida de jornalista, colaborando na Folha de Londrina, quando de repente, foi convidada a ser correspondente do jornal o Estado de São Paulo no Paraná. Descoberta pela revista Visão, começou a publicar seus artigos sobre economia política paranaense. Naquela época, Nina era a única jornalista mulher, de Visão. Um dia resolveu transferir-se para o Rio, e sózinha, apenas com a sua preferência. O Globo percebeu então, que estava sendo premiado com a preferência de uma jornalista do futuro. Seus dois primeiros trabalhos marcaram sua primeira comunicação com o público. Destacaram-se: os textos de Zizi, a boneca criada com o desenho de Martha. Boneca que simbolizava uma criança numa infância normal, vivendo todo o encantamento que um mundo infantil pode oferecer quando a criança é bem guiada pelos pais e professores. E Zizi tornou-se popular na cidade ao lado de Nina Chaves, que passou a ser convidada pelas escolas públicas da Guanabara, para fazer palestras sobre o comportamento de Zizi. As palavras da Tia Nina, tão cheias de carinho e ternura, deixavam felizes as crianças que ou-

Dado o êxito da iniciativa da nossa homenagem em relação às crianças, O Globo, confiou-lhe outra incumbência, desta vez, para os adolescentes. Incumbiu-lhe de reformular a revista Garotas. O que não foi tarefa fácil. Nessa empreitada entrou a psicologia. Nina criou o Clube de Garotas, fazendo reuniões sadias para a a galã da juventude carioca. E no O Globo o nome de Nina Chaves foi crescendo pela sua personalidade de profissional inconfundível, com sua técnica jornalística cheia de sensibilidade. Eis que de repente, foi trabalhar no setor feminino do grande jornal, e sua primeira reportagem sobre a Bossa Nova, marcou seu destino vitorioso na sua carreira e ao completar um ano, O Globo, ofereceu-lhe uma viagem aos Estados Unidos para observação do jornalismo americano. Nessa ocasião comemorava-se o Dia de Lincoln, e em Washington, o inesquecível Presidente. Kennedy, recebeu os jornalistas de todo o mundo. E Nina Chaves também foi convidada para o referido encontro da imprensa com o grande líder da democracia americana. Sendo a primeira a única jornalista brasileira que teve oportunidade de travar um diálogo com o saudoso Presidente. Por isso mesmo, Nina considera que esse encontro foi a maior emoção de sua vida de jornalista. De regresso ao Rio foi convidada a fazer o planejamento do Suplemento ELA. Seu trabalho foi aprovado e o Suplemento começou a circular com uma técnica jornalística toda diferente, passando a interessar leitores de culturas diferentes, tendo sempre o cuidado de fazer o jornalismo bem esquematizado, narrando fatos e pessoas num estilo simples e claro. Assim, Nina passou a dirigir com habilidade e maestria a Seção Feminina do grande jornal brasileiro, fundado por Irineu Marinho. E eis o que surge a tão famosa coluna — Linhas Cruzadas, título maravilhoso. Quem o deu já sabemos. Seu 007 esteve conversando conosco e contou-nos. Foi seu padrinho nesta bela sociedade — meu ex-colega de Faculdade — Regério Marinho. E as Linhas Cruzadas passaram a ser discutidas em toda a cidade e em todo o Brasil. Nina em sua seção, rejeitando o estilo rotineiro, não usa de má-fé com seus leitores. Disse bem o grande poeta Tiago de Melo: "Nina Chaves foi a primeira jornalista que fez coluna social de página inteira de jornal". Por semântica, fazendo de qualquer notícia sua seção uma comunicação direta, aos sábados faz com que os leitores aguardem seus comentários cristóssos na reunião da dondoca com a porroca, dando relevo a quem o merece, num linguajar singelo. Despretenciosa na coragem moral que tem, com sua pena para apresentar seu 007, contando todo fofosco que aos sábados saiam revoluções de rosas com espinhos. Nina Chaves, jornalista de 1937, que tem a única compensação na vida de ter uma filha maravilhosa, Valéria, que se prepara para um futuro roseo, já traçado pela mãe, que a guarda como um tesouro. Valéria que, em seus quinze anos, diz orgulhosa às suas colegas: "já faço parte das férias da mamãe, que atualmente vai passar na Europa". Mamãe, que em férias, observa o jornalismo internacional". Convidada por diversos países da Europa, Nina observa o que há de bom e de melhor para o jornalismo brasileiro.

Hoje, Nina Chaves deve sentir-se feliz, porque seu jornalismo antes tão combatido, é atualmente, imitado. Seu estilo simultâneo, é difícil, porém, um sucesso. Esta moça tão jovem, minceirinha de raízes contraindas no interior, que jamais abandonaram-na, que adora o modo simples de sua vida caseira, pode neste momento, ouvir isto: "E a maior e a mais famosa jornalista do Brasil, em 1967.

PIONEIRISMO

Léa Sajo Araujo de Pina

Homenagearemos agora, uma das mais representativas mulheres de Brasília. Léa Sajo Araujo de Pina. Falar de Léa é lembrar a figura inesquecível de um brasileiro de espírito forte, desbravador de sertões, protetor dos humildes, um autêntico baluarte do século XX — Berrardo Sayão. Acontece que não se pode falar em Léa e não se pode recordar a bela dinâmica e imponente Brasília sede do governo federal. A mais moderna e majestosa capital do mundo. Nossa homenageada é a expressão perfeita da mulher brasileira, autêntica representante do movimento feminino brasileiro. Inteligente, trabalhadora, corajosa, simples, educada, culta e patriótica — Léa é sem dúvida uma verdadeira pioneira da nova capital. Acostumada a viver num Brasil, que nos ao Rio, só conhecemos de ouvir falar, Léa, é uma brasileira que desde menina aprendeu a mar as belezas da nossa natureza, a ouvir a simfonia dos passaros, a consolar os imigrantes, a curar os enfermos, a encorajar os colenos a dedicar sua vida ao progresso de nossa Pátria. Vivendo em acampamento construídos às pressas, ensinando peões a ler e escrever (viajando em canoa, passando fome e frio, nossa homenageada é dos poucos brasileiros que podem com orgulho proclamar: "Vi nascer a estrada Belém-Brasília, a principal rodovia do País. Vi nascer e crescer Brasília", a cidade que ela ama com tanta ternura e admiração. Ex-aluna do Colégio Notre Dame de Sion, escritora e conferencista. Léa, é também enfermeira, datilógrafa, taquígrafa, e mãe exemplar. Em 1932, fundou em Anápolis, a Liga Social Feminina, entidade filantrópica de amparo à infância desvalida. Desde 1961, é funcionária do Senado Federal, sendo, atualmente a Secretária da Comissão de Relações Exteriores, tendo em 1964, ido ao Têrço como Secretária da Comissão de Senadores que tomou parte na Conferência Interparlamentar ali realizada. Nossa homenageada é a fundadora e primeira presidente da Associação Cristã Feminina de Brasília e membro efetivo do Comitê Internacional de Correspondência e do Instituto Histórico de Geográfico do Brasil. No momento, Léa com a colaboração das mais ilustres senhoras da nova capital, está interessada na fundação da seção de Brasília, da Comissão Interamericana de Mulheres da Organização dos Estados Americanos.

A homenagem que neste momento prestamos a esta grande brasileira, é justa e merecida. Ao homenageá-la, o CNMB, quer expressar sua grande admiração pelo esforço honrado e digno que em todos os setores de atividades, a mulher brasileira vem empreendendo, em prol do desenvolvimento sócio-político-econômico do País.

POLÍTICA

Deputada Federal — Júlia Vaena Steinbruch

Quando a deputada Júlia Steinbruch nasceu, não podiam dizer-lhe que a política era uma atividade exclusivamente masculina. Por isso mesmo, a inteligente, jovem, elegante e dinâmica representante do povo fluminense é uma autêntica revelação no Congresso Nacional. Quando recentemente estivemos em Brasília tivemos oportunidade de constatar o real valor da nossa homenageada no desempenho de suas altas funções de deputada, sempre atuante e presente às sessões do Congresso, fazendo da sua presença inteligente e elegante, uma das melhores recordações do panorama brasileiro.

Formada pela Faculdade de Direito da Universidade do Estado da Guanabara possui o Curso de Doutoramento em Direito Criminal da mesma

Faculdade. Estreou no Tribunal do Juri, em 1957, defendendo dois marujos estrangeiros num caso de rebelião internacional. Em abril de 1959, casou-se com o Senador Aarão Steinbruch, tendo o casal, atualmente, três filhos. Nossa homenageada tem curso de especialização de Direito Criminal feitos nos Estados Unidos e na França.

Eleito para a Câmara dos Deputados em 1967, pelo MDB, tem sido desde então um dos mais ativos representantes do povo no Congresso.

Entre os projetos apresentados pela nossa livrete homenageada, devemos destacar alguns que precisam ser conhecidos pelas mulheres brasileiras pela importância que eles representam:

1º) Salário-família para esposa e dependentes do trabalhador nas empresas privadas.

2º) Aproveitamento do tempo disponível dos militares para alfabetização de crianças e adultos aproveitando as instalações do quartel.

3º) Emenda estendendo aos pensionistas e inativos da União os 20% do aumento deste ano ao funcionalismo público.

4º) Emenda abonando as faltas dos empregados para efeito de contagem de licença prêmio.

Júlia está interessada em ajudar a campanha em favor da mãe solteira, integrada a Comissão de Legislação Social e Segurança Nacional da Câmara Federal.

Apresentou substitutivo regulamentando a profissão de jornalista. Iniciou a Campanha em favor do retorno dos cientistas brasileiros no Exterior.

Foi escolhida pela imprensa parlamentar, como a única mulher entre os dez deputados mais atuantes de 1967.

Como vêem, o CNMB, escolheu para homenagear este ano, uma mulher de real valor no campo da Política, que desse momento em diante deverá ser a nossa representante na Câmara dos Deputados. Acreditado que as organizações femininas terão na Deputada Júlia Steinbruch, sua verdadeira representante no Congresso. Em recente palestra pronunciada no Instituto dos Advogados Brasileiros, dizia eu: "A mulher, brasileira, infelizmente, ainda não percebeu a força política que representa. Ainda não compreendeu que associada às organizações femininas poderia conseguir todas as suas reivindicações com muito maior facilidade e segurança". Na verdade, a presença da mulher no Congresso Nacional e nas Assembleias Legislativas deveria ser o elemento essencial da cooperação da mulher para o desenvolvimento nacional. Dedicamos-lhes, normalmente, com maior entusiasmo aos problemas que dizem respeito à própria mulher, à infância e à maternidade. No entanto quem se lembra de procurar os nos deputados para defender tais problemas no Legislativo? As representantes do povo precisam demonstrar ao eleitorado que estão trabalhando e obtendo vitórias parlamentares e para isso, as organizações femininas devem obrigatoriamente trabalhar em benefício das suas reivindicações". Eis aí uma campanha de valorização da mulher em benefício da própria mulher que precisa ser, urgentemente, incrementada. Sabemos muito bem que para os homens de governo, sempre preocupados com a solução dos problemas políticos e econômicos, tratar dos interesses relacionados com a condição da mulher é quase sempre perder tempo. Portanto senhores e senhoras, ao homenagearmos a Deputada Júlia Steinbruch, queremos proclamar nossa fé e sincera admiração na mulher brasileira que sem medir esforços e sacrifícios, no Parlamento Nacional, honrando as tradições culturais e morais de nossa gente, é a expressão perfeita da cidadã consciente e responsável no exercício de suas elevadas funções parlamentares.

SERVIÇOS A COMUNIDADE

Diva Teixeira da Silva

A nossa homenageada é uma domadora, casada com um leão, atualmente, exercendo as altas funções de Diretor do Lions Internacional, o Dr. Altivo Teixeira da Silva. Como é do conhecimento geral, o Lions é um clube de homens. As mulheres trabalham muito, porém, na penumbra. Diva acredita que quem não vive para servir não serve para viver e que muitas mãos a carregar tornam o fardo mais leve. Ela e seu marido fazem parte de uma organização cujo objetivo é servir à comunidade. Pertencem à maior e mais representativa organização de clubes de serviço do mundo — a Associação Internacional de Lions Clubes, que reúne 350.000 sócios distribuídos por 21.500 clubes em 141 países e áreas geográficas, que, só no ano passado, realizou mais de 600.000 atividades procomunitárias. Nossa homenageada, há dez anos, vem somando os seus esforços aos de 25.000 outros brasileiros que através 800 Lions Clubes prestam serviços desinteressados às comunidades.

Sua atividade não ficou restrita à Guanabara, mas se estendeu aos Estados do Rio, Espírito Santo, Minas Gerais, Goiás e Brasília, onde muitos projetos e iniciativas comunitárias foram realizadas sob sua inspiração e motivação.

Casada com o Diretor de Lions Internacional e um dos 26 dirigentes mundiais do Leonismo dizem as más línguas que a ela deve ser creditada uma farcela, não pequena, dos êxitos por ele obtidos como dirigente dos Lions porque ela tem sido sua infatigável aliada e inspiradora.

É sob o influxo desta nova concepção de solidariedade humana, que Diva tem procurado servir à comunidade, contribuindo para arriar o submundo da ignorância, da doença e da miséria tantos seres humanos marginalizados pela vida e que esperam apenas que uma ponte lhes seja estendida para que possam transpor os umbrais da esperança e reencontrar a fé perdida na solidariedade e na compreensão dos seus semelhantes.

A Diva Teixeira da Silva rende-nos a nossa homenagem, por ser uma cidadã ativa e responsável, reconhecidamente, uma mulher que soube compreender sua verdadeira missão de esposa e mãe.

SERVIÇOS SOCIAIS

Irmã Dulce Lopes Pontes

Homenagear a Irmã Dulce é homenagear a Bahia, berço da nossa nacionalidade. Sua vida é tão extraordinária e admirável. Tem tanto calor humano. Sua vida é tão cheia de bondade, renúncias, ternura e dedicação, que eu mesma não sei como conseguirei dizer, em tão poucas palavras suas grandes realizações, em prol dos serviços sociais de nossa Pátria. Professora diplomada em 1933, pela então Escola Normal da Bahia no ano seguinte entrou para o Convento do Carmo, em Aracaju, Sergipe, onde Congregação Irmãs Missionárias da Imaculada Conceição possuía noviciado. Um ano e meio depois, voltou ao Salvador e começou o apostolado. Visitas eram feitas em companhia de Irmãs acadêmicas de medicina, que prestavam assistência aos indigentes. Nesse ano teve notícia de que existia um movimento, no Rio de Janeiro, em favor dos operários (Círculos Operários). Como na época não existiam Institutos de Previdência ou outras entidades congêneres, pensou em fazer algo semelhante em Salvador, em benefício dos operários baianos. Foi então que em companhia da irmã atual Bispo de Amargosa, D. Florentino Vieira, passou a visitar fábricas, indústrias outras, etc. convidando os operários a organizarem uma sociedade semelhante ao Círculo Operário do Rio. Não dando ouvidos aos

descendentes, instituiu e terminou por fundar o Círculo Operário da Bahia, hoje congregando mais de 25 mil trabalhadores e possuindo 18 núcleos espalhados pelo interior do Estado. Para levar o Círculo Operário à situação de hoje, a Irmã Dulce contou no início, com o apoio do comércio e dos Franciscanos, que muito ajudaram na construção do Cinema Roma, pertencente à entidade e da sede própria do Círculo, onde funcionam ginásios, cursos primários, serviços médicos e odontológicos, além de outros serviços de assistência aos operários filiados e às suas famílias. Possui, também, a entidade, uma escola para a formação de líderes operários. O Círculo Operário da Bahia faz parte da Confederação movimento nacional que congrega mais de 800 mil trabalhadores, em todo o Brasil. Sendo que as despesas com a assistência aos associados são custeadas com a renda do Cinema Roma, a ela, exclusivamente, destinadas.

Como surgiu o Associação Obras Sociais Irmã Dulce

Nas visitas que fazia aos doentes dos bairros pobres, a Irmã Dulce pode constatar o estado de extrema miséria da maioria deles, que não tinham onde abrigar-se. Assistiu por diversas vezes, aos doentes morrerem em plena via pública ao seu lado, sem nada poder fazer a não ser orar por eles. Um dia foi procurada por um vendedor de jornais, de 14 anos de idade, no posto médico do Círculo Operário. Trazia uma esteira e uma cuia na mão e pediu-lhe que não o deixasse morrer na rua. Ela, a tuberculosa e não tinha parentes. Penalizada e já não mais podendo assistir a tanta miséria tomou uma decisão. Lembrando-se que existiam cinco casas miseráveis, na Lha dos Ratos, bairro de Itapajipe, dirigiu-se para lá, em companhia do filho João Leiteiro. Lá chegando pediu a um barbeiro que ingressava da praça que arrematasse a lancha de uma das casas interitárias. Entrou com o filho e colocou o doente na esteira no chão. Comprou um caixão e pediu à irmã do Vigarista da Penha que lhe desse a manutenção. Outros doentes foram levados para lá e, ao fim de certo tempo, as cinco casas estavam cheias. O proprietário zangou-se e chamou-a. Convinceu-o a ir lá, ver o quadro de perto. Ele penalizou-se e chegou a dar ajuda para alimentos. Ao assumir o Governo do Estado, o General Juracy Magalhães, a Irmã Dulce conseguiu levá-lo a visitar o abrigo provisório para doentes. O governador ficou tão horrorizado com o que viu que imediatamente com a ajuda dele, do comércio e de pessoas da sociedade, construiu um novo prédio e nele instalou o Albergue Santo Antônio.

Crianças

Nas rondas noturnas que então passou a fazer, para recolher doentes nas ruas, a Irmã Dulce encontrava, sempre, ao lado destes, crianças a maioria com menos de dez anos de idade. Pensou que não podia recolher adultos e deixar crianças ao abandono. Começou a trazê-las, também, iniciando assim, um novo trabalho social. De três anos para cá, o Albergue Santo Antônio passou a ser somente hospital e as crianças foram transferidas para uma pequena fazenda, a trinta minutos de Salvador, doação do ex-Governador Lomanto Júnior e da Assembleia Legislativa do Estado.

Hospital

Atualmente, no hospital da Associação Obras Sociais Irmã Dulce, instalado ao lado da sede do Círculo Operário da Bahia, no bairro de Roma, trabalham gratuitamente, doze médicos baianos e um grupo de estudantes de medicina. Para custear as despesas com o hospital e com os pavilhões para tuberculosos e o atri-

o de velhos, a Irmã Dulce percorre diariamente o comércio e visita entidades públicas e pessoas amigas, pedindo auxílio.

Campanha do Antônio

No momento a Irmã Dulce está fazendo a "Campanha do Antônio", pedindo aos devotos de Sto. Antônio, especialmente aqueles que têm o mesmo nome do Santo Casamenteiro, ajuda para a construção de um novo hospital, de modo que o atual fique reservado, unicamente, para o internamento de tuberculosos, já que o pavilhão a isso destinado está com suas instalações em estado precário e sem espaço suficiente para funcionar.

Arendimento

Além de toda essa gigantesca e admirável obra social, a Irmã Dulce ainda atende, diariamente, a milhares de pessoas que não têm onde ir para os seus queridos auxílios e ajuda. Incluem-se entre estas pessoas que vêm, inclusive, do interior do Estado, necessitando em trânsito etc.

Eis aí senhores a representante da mulher baiana, que o CNMB, se sente orgulhoso de poder homenagear neste momento e proclamar: Querida Irmã Dulce, vosso trabalho no setor dos Serviços Sociais, é digno de ser reconhecido, pelo povo brasileiro, como dos mais eficientes e valiosos de 1967.

Parabéns à Regina Simões de Melo Leitão e ao Jornal A Tarde, que sugeriram o nome, desta notável e sã sã para ser a homenageada. O CNMB, como a MULHER DO ANO, no setor dos Serviços Sociais.

HOMENAGEM A UMA MULHER LATINO-AMERICANA QUE MUITO TRABALHOU PELOS DIREITOS DA MULHER NESTE HERMISFÉRIO ISABEL ARRUA VALLEJO

Fundadora da Liga Paraguáia dos Direitos da Mulher

O CNMB deliberou homenagear em 1967, uma mulher latino-americana que muito trabalhou pelos direitos da mulher neste Hemisfério, e a escolhida foi a representante do Paraguá, Srta. Isabel Arrua Vallejo, digna fundadora da principal organização feminina do seu País, a Liga Paraguáia dos Direitos da Mulher. Nossa homenageada é uma amiga sincera do Brasil e da mulher brasileira. Isabel estudou administração pública na Fundação Getúlio Vargas. Foi a primeira mulher diplomata do Paraguá e nesta condição prestou serviços nas embaixadas do seu país no Rio e em Washington nos Estados Unidos.

Em 1951, com um grupo de pessoas idealistas fundou a Liga cuja finalidade era a obtenção do reconhecimento dos direitos políticos e civis da mulher paraguáia. Em 1953, fundou o jornal — O Feminista, principal divulgador da campanha dos direitos da mulher naquele país amigo.

Nossa homenageada é sócio correspondente, em Assunção, da Sociedade Brasileira de Geografia. É membro honorário da Associação de Imprensa do Paraguá, da Liga Paraguáia dos Direitos da Mulher, da Associação dos Muñidos da Guerra do Chaco. Grande homenageada da Escola de Belas Artes da Universidade Nacional de Assunção, e recentemente, foi eleita presidente da Associação dos Devotos da Virgem de Caacupé, que reúne, atualmente, a colônia paraguáia radicada no Rio de Janeiro para uma festa no dia 8 de dezembro, em homenagem a Padroeira do Paraguá.

Falar de Isabel Arrua Vallejo, é falar de uma mulher autêntica do seu país e da raça guarani. Forte e brava, inteligente e educada, responsável e sensível, dinâmica e realizadora, ela é um exemplo de mulher latino-americana, cujos méritos precisam ser divulgados como exemplo em todo o continente americano. Isabel lutou e venceu. E com ela a mulher paraguáia

ganhou uma posição de merecido destaque no Hemisfério. A homenagem que ora lhe tributamos, quer significar a profunda e sincera admiração das nossas compatriotas para com a mulher paraguáia, que heróicamente, vencendo todas as vicissitudes materiais e espirituais, em todos os tempos, sempre soube conservar a par da sua feminilidade, seu indiscutível patriotismo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão, designando, para a próxima a seguinte

ORDEM DO DIA

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 1963

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 1963, (nº 133-D-46 na Casa de origem), que cria o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Agrários (I.A.P.A.), tendo Pareceres, sob ns. 433, 484, 485, 423 e 487, de 1963, e 511, de 1967, das seguintes Comissões: de Constituição e Justiça, favorável; de Legislação Social, favorável, nos termos do substitutivo que oferece; de Saúde, favorável ao substitutivo da Comissão de Legislação Social; de Finanças, 1º pronunciamento: solicitando audição do Ministério do Trabalho e Previdência Social; 2º pronunciamento: (cumprida a diligência) parecer no sentido de ser sustada a matéria até a chegada, ao C.N., do Projeto de Lei disposto sobre a reforma da Lei Orgânica da Previdência Social; de Legislação Social, pelo arquivamento.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 43, DE 1963

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 43, de 1963, de autoria do Sr. Senador Nelson Maculan, que dispõe sobre as normas de Previdência Social para os trabalhadores rurais, cria o Instituto de Previdência e Assistência dos Agrários e dá outras providências. Tendo Pareceres, sob ns. 510 a 512, de 1963, das Comissões: de Constituição e Justiça, pela constitucionabilidade; de Legislação Social, pela rejeição; e de Saúde, pela rejeição.

O projeto tramita em conjunto com o PL-24-63, em virtude da aprovação, em 4.5.64, do Requerimento nº 102-64, do Sr. Senador Jefferson de Aguiar.

PARECER Nº 753, DE 1967, DA COMISSÃO DIRETORA

Discussão, em turno único, do Parecer nº 753, da Comissão Diretora, sobre a indicação nº 1, de 1967, do Sr. Senador Altivo Fontana e outros Senadores, que sugere à Comissão Diretora a criação de serviço confidencial para as informações que mencionam (parecer no sentido de ser arquivada a presente indicação, aproveitando a ideologia constante em situação oportuna).

CONGRESSO NACIONAL

Calendário dos projetos em tramitação no Congresso Nacional que deverão receber emendas perante a Comissão Mista.

PL-1-68 (CN) — Atribui recursos para melhoria das condições de segurança do sistema rodoviário.

PL-2-68 (CN) — Acrescenta, ao art. 165 do Decreto-lei nº 209, de 25 de fevereiro de 1967.

Dias: 22, 23, 24, 25 e 26 de janeiro de 1967.

Está encerrada a sessão. (Levanta-se a sessão às 15 horas e 45 minutos.)

SECRETARIA DO SENADO FEDERAL
RESULTADO FINAL DO CONCURSO PUBLICO PARA MOTORISTA

Inscrição	NOME	Português	P R O V A S						Resultado	Classif.
			CÓDIGO NACIONAL DE TRANSITO E O AUTO- MOVEL E SUAS PARTES PRINCIPAIS			PSICOTECNICO				
			Escrita	Pratica	Media	Inteli- gencia	Perso- nalidade	Aptidão visual		
321	José Francisco de Souza Dutra	60	91	97	95	A	A	Apto. depend. de revisão médica	95	1º
553	Elcio José Janques	100	93	95	94,3	A	A	"	94,3	2º
414	Waldyr de Araújo Silva	70	83	97	93,3	A	A	"	93,3	3º
315	Mércio Cecílio	60	79	97	81	A	A	"	91	4º
362	Haroldo Teixeira	80	96	93	90,6	A	A	"	90,6	5º
410	Wanderley Antonio de Siqueira	90	79	97	80	A	A	"	90	6º
260	Jose Adauto Parissê	90	86	92	90	A	A	"	90	7º
482	Eduardo Manchuenvez	80	86	91	89,3	A	A	"	89,3	8º
443	Célio Silveira de Souza	70	73	94	89	A	A	"	89	9º
45	Mauro Bernardes Miguel	80	75	95	88,5	A	A	"	88,6	10º
593	Amaury Faleira	70	93	86	88,3	A	A	"	88,3	11º
50	Antônio Jose de Souza	70	70	96	87,5	A	A	"	87,5	12º
317	Waldemar Gomes Teixeira	80	88	84	87	A	A	"	87	12º
211	Paulo Bagetti	70	83	84	87	A	A	"	87	14º
477	Wilton Gonçalves Ramos	80	76	92	86,6	A	A	"	86,6	15º
215	Manoel Luiz de Silva	60	73	92	83,6	A	A	"	83,6	16º
182	Veldemir Jose Luciano	60	65	90	82,3	A	A	"	82,3	17º

Sábado 20

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL (Seção II)

Janeiro de 1968 CS

Inscrição	NOME	Português	P R O V A S						Resultado	Classif.
			CÓDIGO NACIONAL DE TRANSITO E O AUTO-MÓVEL E SUAS PARTES PRINCIPAIS			PSICOTÉCNICO				
			Escrita	Prática	Média	Inteli-gência	Perso-nalidade	Aptidão visual		
577	Antônio de Oliveira Bastos	70	62	98	86	A	A	Apto, depend. de revisão médica	86	18º
531	Florentino Pereira de Souza	70	66	96	86	A	A	"	86	19º
207	Laurenildo dos Passos	70	90	84	86	A	A	"	86	20º
208	Joveniano Fiel dos Santos	70	66	94	84,6	A	A	"	84,6	21º
463	Aldo da Costa Monteiro	90	86	84	84,6	A	A	"	84,6	22º
30	José Alves Ribeiro	80	86	83	84	A	A	"	84	23º
237	Helvécio Fernandes	80	86	72	83,3	A	A	"	83,3	24º
342	Altamiro Valceci Siqueira	80	83	82	82,3	A	A	"	82,3	25º
346	Ulisses Schelb	70	79	82	81	A	A	"	81	26º
525	José Conceição de Souza Lima	60	86	86	79,3	A	A	"	79,3	27º
413	Severino Alves de Araújo	60	73	82	79	A	A	"	79	28º
160	José Cardoso Dantas	70	72	82	78,6	A	A	"	78,6	29º
124	José Batista de Oliveira	70	76	79	78	A	A	"	78	30º
89	José Nilton André	80	87	73	77,6	A	A	"	77,6	31º
562	Alexandre Vieira Filho	80	83	74	77	A	A	"	77	32º
228	José de Oliveira Rêgo	80	76	77	76,6	A	A	"	76,6	33º
88	João Rodrigues de Souza	70	76	76	76	A	A	"	76	34º
428	Antônio Rodrigues de Sant' ana	80	76	70	76	A	A	"	76	35º

Inscrição	NOME	Português	P R O V A S						Resultado	Classif.
			CÓDIGO NACIONAL DE TRANSITO E O AUTO-MÓVEL E SUAS PARTES PRINCIPAIS			PSICOTECNICO				
			Escrita	Prática	Média	Inteli-gência	Perso-nalidade	Aptidão visual		
67	Laércio Bastos Damasceno	90	79	74	75,6	A	A	Apto, depend. de revisão médica	75,6	26º
51	Joaquim de Oliveira Carvalho	60	90	68	75,3	A	A	"	75,3	27º
422	José Sales do Couto	60	94	65	74,5	A	A	"	74,6	28º
324	Walter Antonio Freire de Oliveira	80	77	73	74,3	A	A	"	74,3	30º
293	Haydn Peres Saraiva	60	73	74	73,5	A	A	"	73,6	40º
279	Zadir Ribeiro	80	73	71	73,5	A	A	"	73,6	41º
250	Alberto Barra Martins	70	78	71	73,6	A	A	"	73,6	42º
313	Milton Severino Bacelo	70	93	64	73,6	A	A	"	73,6	43º
131	Jose da Silva Carrote	80	83	67	73,3	A	A	"	73,3	44º
262	Evaristo Redondo da Silva	60	70	73	72	A	A	"	72	45º
127	Nelson Augusto Pires	60	80	63	72	A	A	"	72	46º
503	Edoardo Pereira	70	73	71	71,6	A	A	"	71,6	47º
273	Antonio Ode Filho	60	63	65	71,5	A	A	"	71,6	48º
238	Antônio Moreira	60	70	69	71,3	A	A	"	71,3	49º
753	Humbert Américo	60	73	60	71,3	A	A	"	71,3	50º
259	Ezequiel Borges Filho	70	81	64	71,3	A	A	"	71,3	51º
273	Adão da Cruz Nunes	70	74	72	71	A	A	"	71	52º
352	Francisco Xavier da Cruz Nunes	70	81	60	71	A	A	"	71	53º

Inscrição	NOME	Português	P R O V A S						Resultado	Classif.
			CÓDIGO NACIONAL DE TRANSITO E O AUTO- MÓVEL E SUAS PARTES PRINCIPAIS			PSICOTÉCNICO				
			Escrita	Prática	Média	Inteli- gência	Perso- nalidade	Aptidão visual		
213	Mario Anacleto	60	70	71	70,5	A	A	Apto, depend. de revisão médica	70,0	51º
320	Jayme Coelho	80	83	64	79,3	A	A	"	70,3	55º
372	Joaquim Araújo Cardoso	60	86	62	70	A	A	"	70	56º
41	José de Souza Iavares	70	79	65	69,6	A	A	"	69,6	57º
513	Raimundo Nonato de Carvalho	60	66	71	69,3	A	A	"	69,3	58º
233	Marcelo Romano Fernandes de Sant'anna	80	79	66	69,3	A	A	"	69,3	59º
234	João Batista da Silva	70	65	61	69,3	A	A	"	69,3	60º
161	Celastino Pereira dos Santos	80	83	62	69	A	A	"	69	61º
444	José Pacheco Pinho	70	76	65	68,6	A	A	"	68,6	62º
429	Djanilton Marques de Melo	70	77	64	69,3	A	A	"	68,3	63º
531	João Alves Pinto	60	76	64	68	A	A	"	68	64º
356	Japhe Innocencio Santos	70	69	67	67,3	A	A	"	67,6	65º
340	Edson Melo	60	73	65	67,5	A	A	"	67,6	66º
529	Roberto Alves Peixoto	60	72	65	67,3	A	A	"	67,3	67º
528	Divino Nascimento	70	80	61	67,3	A	A	"	67,3	68º
408	Carlos de Araújo	70	69	66	67	A	A	"	67	69º
153	João Roberto Reve	80	69	62	64,3	A	A	"	64,3	70º
166	Francisco Elias de Araújo	60	69	62	64,3	A	A	"	64,3	71º

Classificação por ordem de Antiquidade da Carreira de Taquígrafo de Debates, Símbolo PL-4, para provimento da vaga decorrente da aposentadoria de José Euvaldo Pinheiro, Taquígrafo de Debates, Símbolo PL-3. Resolução nº 97-67. D. C. N. de 1-12-67 — Até 1 de dezembro de 1967.

De PL-4 a PL-3 - Merecimento	Classe	Carreira	Senado	Serviço Público	Total
<i>Concorrentes:</i>					
Serafim de Oliveira	1.638	1.638	1.638	2.002	2.610
Alan Viggiano	1.633	1.633	1.633	1.391	2.610
Sebastião Nogueira	1.540	1.540	1.540	2.007	3.517

Observação: Os interessados têm o prazo de cinco dias, a contar da publicação desta lista, para as reclamações e observações que pretendam formular a bem de seus interesses, de acordo com o artigo 122, § 2º, da Resolução nº 6, de 1960.

Seção Administrativa da Diretoria do Pessoal em 17 de janeiro de 1968. — *Rubem Soares Branquinho*, Auxiliar Legislativo, PL-9 — *Romualdo Arruda*, Chefe da Seção

Visto: *Maria do Carmo Rondon Ribeiro Saraiva*, Diretora do Pessoal

Classificação por ordem de Antiquidade da Carreira de Taquígrafo de Debates, Símbolo PL-4, para provimento da vaga decorrente da aposentadoria de Martha dos Santos Crespo de Castro, Taquígrafa de Debates, Símbolo PL-3. Resolução nº 92-67 — D.C.N. de 29-11-67 — Até 29-11-67.

De PL-4 a PL-3 - Antiquidade	Classe	Carreira	Senado	Serviço Público	Total
<i>Cabe a</i>					
Arimar de Oliveira Freitas conforme se verifica na relação abaixo:					
Arimar de Oliveira Freitas	1.644	1.644	1.644	1.200	2.844
Serafim de Oliveira	1.636	1.636	1.636	2.002	3.638
Alan Viggiano	1.631	1.631	1.631	1.791	3.422
Sebastião Nogueira	1.538	1.537	1.538	2.007	3.545

Observações: Os interessados têm o prazo de cinco dias, a contar da publicação desta lista para as reclamações e observações que pretendam formular a bem de seus interesses, de acordo com o artigo 122, § 2º, da Resolução nº 6, de 1960.

Seção Administrativa da Diretoria do Pessoal em 17 de janeiro de 1968. — *Rubem Soares Branquinho*, Auxiliar Legislativo, PL-9 — *Romualdo Arruda*, Chefe da Seção

Visto: *Maria do Carmo Rondon Ribeiro Saraiva*, Diretora do Pessoal

MESA

Presidente — Moura Andrade — (ARENA — SP)
 1º Vice-Presidente — Nogueira da Gama — (MDB — MG)
 2º Vice-Presidente — Gilberto Marinho — (ARENA — GB)
 1º Secretário — Dinarte Mariz — (ARENA — RN)
 2º Secretário — Victorino Freire — (ARENA — MA)
 3º Secretário — Edmundo Levi — (MDB — AM)
 4º Secretário — Cattete Pinheiro — (ARENA — PA)
 1º Suplente — Atílio Fontana — (ARENA — SC)
 2º Suplente — Guido Mondin — (ARENA — RS)
 3º Suplente — Sebastião Archer — (MDB — MA)
 4º Suplente — Raul Glyceru — (ARENA — ES)

Liderança

DO GOVERNO

Líder — Daniel Krieger — (ARENA — RS)
 Vice-Líderes:
 Paulo Sarasate (ARENA — CE) Eurico Rezende — (ARENA (ES))

DA ARENA

Líder — Filinto Müller — (MT)

DO MDB

Líder — Aurélio Vianna — (GB)

Vice-Líderes:

Wilson Gonçalves — (CE)
 Antônio Carlos — (SC)
 Rui Palmeira — (PB)
 Manoel Vilça — (RN)
 Vasconcelos Torres — (RJ)

Vice-Líderes:

Bezerra Neto — (MT)
 Adalberto Senna — (ACRE)
 Lino de Mattos — (SP)

COMISSÃO DE AGRICULTURA

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Ermírio
 Vice-Presidente: Júlio Leite

ARENA

TITULARES

José Feliciano
 Ney Braga
 João Cleophas
 Teotônio Vilela
 Júlio Leite

SUPLENTE

Atílio Fontana
 Leandro Maciel
 Benedito Valladares
 Adolpho Franco
 Sigefredo Pacheco

MDB

José Ermírio
 Márcio Martins
 Secretário: J. Ney Passos Dantas.
 Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Milton Campos
 Vice-Presidente: Antônio Carlos

ARENA

TITULARES

Milton Campos
 Antônio Carlos
 Aloysio de Carvalho
 Eurico Rezende
 Wilson Gonçalves
 Petrólio Portela
 Carlos Lindenberg
 Rui Palmeira

SUPLENTE

Vasconcelos Torres
 Daniel Krieger
 Benedito Valladares
 Alvaro Maia
 Lobão da Silveira
 José Feliciano
 Menezes Pimentel
 Leandro Maciel

MDB

Antônio Balbino
 Bezerra Neto
 Josaphat Marinho
 Aarão Steimbruch
 Aurélio Vianna
 Mário Martins

Secretaria: Maria Helena Bueno Brandão — Of. Legislativo — PL-6.
 Reuniões: quartas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: João Abrahão
 Vice-Presidente: Eurico Rezende

ARENA

TITULARES

José Feliciano
 Lobão da Silveira
 Petrólio Portela
 Eurico Rezende
 Atílio Fontana

SUPLENTE

Benedito Valladares
 Adolpho Franco
 Arnão de Melo
 José Leite
 Mello Braga

MDB

João Abrahão
 Aurélio Vianna
 Secretário: Alexandre Mello.
 Reuniões: Terças-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE ECONOMIA

(9 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Carvalho Pinto

Vice-Presidente: Mário Martins

ARENA

TITULARES

Carvalho Pinto
 Carlos Lindenberg
 Júlio Leite
 Teotônio Vilela
 Domício Gondim
 Leandro Maciel

SUPLENTE

José Leite
 João Cleophas
 Duarte Filho
 Sigefredo Pacheco
 Filinto Müller
 Paulo Torres

MDB

Mário Martins
 Pedro Ludovico
 Lino de Mattos

José Ermírio
 Josaphat Marinho
 João Abrahão

Secretaria: Cláudio Carlos Rodrigues Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 15,30 horas.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Menezes Pimentel

Vice-Presidente: Alvaro Maia

ARENA

TITULARES

Menezes Pimentel
 Mem de Sa
 Alvaro Maia
 Duarte Filho
 Aloysio de Carvalho

SUPLENTE

Benedito Valladares
 Antônio Carlos
 Sigefredo Pacheco
 Teotônio Vilela
 Petrólio Portela

MDB

Adalberto Senna
 Lino de Mattos

Antônio Balbino
 Josaphat Marinho

Secretaria: Cláudio Carlos Rodrigues Costa
 Reuniões: Quartas-feiras às 15h 30m.

COMISSÃO DE FINANÇAS

(15 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Argemiro Figueiredo

Vice-Presidente: Paulo Sarasate

ARENA

TITULARES

João Cleophas
 Mem de Sa
 José Leite
 Leandro Maciel
 Manoel Vilça
 Clodomir Miller
 Adolpho Franco
 Sigefredo Pacheco
 Paulo Sarasate
 Carvalho Pinto
 Fernando Correa

SUPLENTE

Antônio Carlos
 José Guimard
 Daniel Krieger
 Petrólio Portela
 Atílio Fontana
 Júlio Leite
 Mello Braga
 Carlos Lindenberg
 Celso Ramos
 Teotônio Vilela
 Rui Palmeira

MDB

Argemiro Figueiredo
 Bezerra Neto
 Oscar Passos
 Arthur Virgílio

Josaphat Marinho
 José Ermírio
 Lino de Mattos
 Pessoa de Queiroz

Secretaria: Hugo Rodrigues Figueiredo.
 Reuniões: Quartas-feiras às 10h.

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Ney Braga

Vice-Presidente: Antônio Balbino

ARENA

TITULARES

Ney Braga
 Atílio Fontana
 Adolpho Franco
 Domício Gondim
 João Cleophas

SUPLENTE

Júlio Leite
 José Cândido
 Rui Palmeira
 Arnão de Melo
 Leandro Maciel

MDB

Antônio Balbino
 José Ermírio
 Secretaria: Maria Helena Bueno Brandão — Of. Leg PL-3.
 Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

(9 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Petronio Portela

Vice-Presidente: José Cândido

A R E N A**TITULARES**

Petronio Portela
Domicio Gondim
Alvaro Maia
José Cândido
Mello Braga
Júlio Leite

SUPLENTE

José Guimard
José Leite
Lobão da Silveira
Manoel Villaga
Celso Ramos
Duarte Filho

M D B

Aarão Steinbruch
Rui Carneiro
Arthur Virgilio

Bezerra Netto
Mário Martins
Adalberto Sena

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto

Reuniões: Terças-feiras às quinze horas.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Josaphat Marinho

Vice-Presidente: Domicio Gondim

A R E N A**TITULARES**

Domicio Gondim
José Leite
Celso Ramos
Paulo Torres
Carlos Lindenberg

SUPLENTE

José Feliciano
Mello Braga
José Guimard
Vasconcellos Torres
Rui Palmeira

M D B

Josaphat Marinho
José Ermirio

Aarão Steinbruch
Argemiro de Figueiredo

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto

Reuniões: Quartas-feiras, às quinze horas.

COMISSÃO DE POLIGONO DAS SÉCAS

(4 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Rui Carneiro

Vice-Presidente: Duarte Filho

A R E N A**TITULARES**

Rui Palmeira
Manoel Villaga
Clodomir Millet
Júlio Leite
Duarte Filho

SUPLENTE

Menezes Pimentel
José Leite
Domicio Gondim
Leandro Maciel
Petronio Portela

M D B

Rui Carneiro
Aurélio Vianna

Pessoa de Queiroz
Argemiro de Figueiredo

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto

Reuniões: Quinta-feira às dezessete horas.

COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO

(8 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Wilson Gonçalves

Vice-Presidente: Carlos Lindenberg

A R E N A**TITULARES**

Wilson Gonçalves
Paulo Torres
Antônio Carlos
Carlos Lindenberg
Mem de Sa
Eurico Rezende

SUPLENTE

José Feliciano
Daniel Krieger
Adolpho Franco
Rui Palmeira
Petronio Portela
Clodomir Millet

M D B

José Ermirio
Lino de Mattos
Josaphat Marinho

Antônio Balbino
Aurélio Vianna
Aarão Steinbruch

Secretário: Afranio Cavalcanti Mello Junior

Reuniões: Quartas-feiras às 15 horas

COMISSÃO DE REDAÇÃO

(5 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Feliciano

Vice-Presidente: Teotônio Villela

A R E N A**TITULARES**

Teotônio Villela
Antônio Carlos
José Feliciano
Lobão da Silveira

SUPLENTE

Felinto Muller
Mem de Sa
José Leite
José Guimard
Bezerra Neto

M D B

Secretário: Mário Nelson Duarte

Reuniões: Quintas-feiras, às 18 horas.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES

(11 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Benedicto Valladares

Vice-Presidente: Pessoa de Queiroz

A R E N A

Benedicto Valladares
Felinto Muller
Aloysio de Carvalho
Antônio Carlos
José Cândido
Arnon de Melo
Mem de Sa
Rui Palmeira

Alvaro Maia
Fernando Corrêa
Celso Ramos
Wilson Gonçalves
José Guimard
José Leite
Clodomir Millet
Menezes Pimentel

M D B

Pessoa de Queiroz
Aarão Steinbruch
Mário Martins

Pedro Ludovico
Aurélio Vianna
Argemiro Figueiredo

Secretário: J. B. Castejon Branco

Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE SAÚDE

(5 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Sigefredo Pacheco

Vice-Presidente: Manoel Villaga

A R E N A**TITULARES**

Sigefredo Pacheco
Duarte Filho
Fernando Correa
Manoel Villaga

SUPLENTE

Júlio Leite
Clodomir Millet
Ney Braga
José Cândido

M D B

Pedro Ludovico

Adalberto Sena

Secretário: Alexandre Mello

Reuniões: Terças-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Torres

Vice-Presidente: Oscar Passos

A R E N A**TITULARES**

Paulo Torres
José Guimard
Sigefredo Pacheco
Ney Braga
José Cândido

SUPLENTE

Attilio Fontana
Adolpho Franco
Manoel Villaga
Mello Braga
Júlio Leite

M D B

Oscar Passos
Mário Martins

Adalberto Sena
Pedro Ludovico

Secretaria: Carmelita de Souza

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL**COMPOSIÇÃO**

(7 membros)

Presidente: Vasconcelos Torres

Vice-Presidente: Arnou de Melo

A R E N A**TITULARES**

Vasconcelos Torres
Carlos Lindenberg
Arnou de Melo
Paulo Torres
José Guilomard

SUPLENTE

José Feliciano
Antonio Carlos
Manoel Viliça
Menezes Pimentel
Celso Ramos

M D B

Arthur Virgílio
Adalberto Sena
Secretário J. Ney Passos Dantas
Reuniões: Terças-feiras às 15:00 horas.

Lino de Mattos
Aarão Steinbruch

**COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES
E OBRAS PÚBLICAS**

(3 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Leite

Vice-Presidente: Lino de Mattos

A R E N A**TITULARES**

José Leite
Celso Ramos
Arnou de Melo
Atílio Fontana

SUPLENTE

José Guilomard
Petronio Portela
Domicio Gondin
Carlos Lindenberg

M D B

Lino de Mattos

Arthur Virgílio

Secretária: Carmelita de Souza

Reuniões: Quintas-feiras, às 16:00 horas.

COMISSÃO DE VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA

(5 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Guilomard

Vice-Presidente: Clodomir Millet

A R E N A**TITULARES**

José Guilomard
Fernando Corrêa
Clodomir Millet
Alvaro Maia

SUPLENTE

Lobão da Silveira
José Feliciano
Flinto Muller
Sigefredo Pacheco

M D B

Adalberto Sena
Secretário: Alexandre Mello
Reuniões: Terças-feiras às 15:00 horas.

Oscar Passos